



ESTUDO URBANÍSTICO PARA A ÁREA DO HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA

Contributos através da noção de Heterotopia

Maria Manuel Ferreira

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Évora para a Obtenção do
Grau de Mestre em Arquitectura Paisagista

Orientadora: Professora Doutora Aurora Carapinha

Co-Orientador (Estágio): Arquitecto Paisagista Filipe Brandão

Évora 2010

FICHA TÉCNICA:

Título: Estudo Urbanístico para a Área do Hospital Miguel Bombarda – Contributos através da noção de Heterotopia

Orientação: Prof. Dra. Aurora Carapinha - Universidade de Évora

Co-Orientação (Estágio): Arq. Paisagista Filipe Brandão – Traços na Paisagem

Estágio – Traços na Paisagem – atelier de artes, estudos e projectos.

Data: Outubro 2010

ÍNDICE

RESUMOS E PALAVRAS-CHAVE (Português e Inglês)	7
AGRADECIMENTOS	9
NOTA PRÉVIA	10
I. INTRODUÇÃO (Enquadramento Teórico):.....	10
1. HETEROTOPIA	10
1.1. OF OTHER SPACES, HETEROTOPIA – MICHEL FOUCAULT (1967)	10
1.1.1. Os seis princípios e os lugares heterotópicos	11
1.1.2. Tipos de Heterotopia	13
1.2. NOVAS PERCEPÇÕES DE HETEROTOPIA	15
1.2.1. <i>Heterotopia in a postcivil society</i> – Michiel Dehaene and Lieven De Cauter	15
2. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA (Área de Estudo/ Descrição do Existente):.....	17
2.1. ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E PAISAGÍSTICO (Área de Estudo no contexto geográfico)	17
2.1.1. Usos e Funções Ecológicas	17
2.1.2. Condicionantes em vigor	17
2.1.3. Contexto na Ecologia da Cidade	18
2.1.3. a) Sistema Húmido / Sistema Seco.....	18
2.1.3. a) Colinas e Sistema de Vistas.....	19
2.1.3. a) Estrutura Verde Existente.....	19
2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ESTRUTURA URBANA (Identidade Urbana e Espacial).....	20
2.2.1. Breve enquadramento histórico	20
2.2.1. a) A Quinta de Rilhafoles – alterações históricas de uso.....	20
2.2.2. Identidade Urbana e Espacial	21
2.2.2. a) Identificação de Tecidos Urbanos de Lisboa.....	21
2.2.2. b) Tipologias de Espaços Verdes.....	22
2.2.2. c) Equipamentos e Infra-estruturas.....	23

II. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA ENQUANTO HETEROTOPIA NO TECIDO	
URBANO DE Lisboa (Papel / Influência desta heterotopia):	25
1. A HETEROTOPIA HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	25
1.1. SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DE MICHEL FOUCAULT	25
1.1.1. <i>Crisis e Deviation</i>	25
1.1.2. Justaposição.....	26
1.1.3. Tempo.....	26
1.1.4. Espaço público ou privado.....	27
1.1.3. Função.....	28
1.1.3. Contra-Espaço.....	29
1.2. O URBANISMO E A HETEROTOPIA HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA	31
III. CONCLUSÃO	34
IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
V. ANEXOS	38
1. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	38
1.1. FICHA DE CLASSIFICAÇÃO E CONDICIONANTES PDM – em vigor	38
1.2. FICHA DE CLASSIFICAÇÃO E CONDICIONANTES PDM – em revisão	39
1.3. FICHA DE CLASSIFICAÇÃO E CONDICIONANTES PDM – proposta	40
1.4. SECÇÃO VII Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos – PDM em vigor	41
1.5. SUBSECÇÃO II Espaço Consolidado, DIVISÃO I e IV – PDM em revisão	42

1. FIGURAS48

Figura 1. Planta da Estrutura Ecológica Fundamental – PDM em revisão	48
Figura 2. Planta da Estrutura Ecológica Integrada – PDM em revisão	49
Figura 3. Planta de Classificação de Espaço Urbano	50
Figura 4. Relação Visual entre os Miradouros de Lisboa	51
Figura 5. Planta Síntese do Plano Verde de Lisboa.....	52
Figura 6. Espaços Verdes Existentes ao longo do tempo	53
Figura 7. Planta dos Traçados Urbanos de Lisboa – fronteira entre o Tecido Urbano antigo até ao séc. XIX e o Tecido Urbano Moderno do início do séc.XX	54
Figura 8. Crescente Miscegenação de Tecidos desde a sua total Segregação até à sua uniformização – segundo Costa Lobo.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS

HMB – Hospital Miguel Bombarda
PDM – Plano Director Municipal
CML – Câmara Municipal de Lisboa

*“há uns que sabem como começou e também sabem como vai acabar
outros que não sabem como começou mas sabem como vai acabar
outros que sabem como começou mas não sabem como vai acabar
outros ainda que nem sabem como começou nem como vai acabar*

outros enfim que nem sabem se já começou ou se já acabou “

in, *Que Lareiras na Floresta*, Alberto Pimenta, Editora 7 NÓS, 2010

PALAVRAS-CHAVE: Heterotopia; Hospital Miguel Bombarda; Michel Foucault; Classificação de Espaço Urbano; Tecido Urbano; Plano Pormenor.

ESTUDO URBANÍSTICO PARA A ÁREA DO HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA Contributos através da noção de Heterotopia.

RESUMO:

Esta reflexão procura, perspectivando a elaboração de um plano pormenor para a área do Hospital Miguel Bombarda, analisar as alterações de usos de espaço urbano, através da consciencialização de uma noção de Heterotopia. Através deste conceito é possível explicar a relação do lugar HMB com a malha urbana em que se insere. Situado numa das principais colinas da cidade, surge de uma situação de enclave urbano, entre a estrutura urbana do século XIX e a estrutura urbana do século XVII. É hoje, esse 'outro' lugar, isolado e segregado na malha urbana, antítese da cidade que o circunda. Esta heterotopia é posta em evidência e re-avaliada no âmbito do processo de revisão de um Plano Director Municipal que visa a alteração do seu uso. Demonstra-se que o HMB é de um lugar de compensação, devido às suas funções ecológicas e paisagísticas, e é um lugar que espelha e expõe a realidade que o envolve. Propõe-se, agora, perante os novos desafios do desenho da cidade em constante transformação do século XXI, que a revitalização daquele lugar seja concretizada com a consciência de que aquele lugar é uma heterotopia. Deste modo, vê-se premente, a necessidade deste tecido se manter revitalizado no tempo, sem perda de valor, e acompanhando de um modo mais orgânico o crescimento da cidade. Fazendo parte de um sistema semiológico global, que seja simultaneamente aberto e unificador.

KEYWORDS: Heterotopia; Hospital Miguel Bombarda; Michel Foucault; Classification of Urban Space; Urban Tissue; Master Plan

URBANISTIC STUDY IN THE AREA OF HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA Contribution through the concept of Heterotopia.

ABSTRACT:

This reflection starts with the elaboration of a master plan to the area of Hospital Miguel Bombarda, and pretend to analyze the classification of urban space, through the idea of Heterotopia. Through this concept is possible to explain the relation between the place HMB and the urban tissue in which HMB is inserted. Placed in one of the principal hills of the city, arises as a urban 'break point', since it is between two different urban tissues, the urban structure from the 19th century and the one from the 17th century. Today it is this 'other' place, isolated and segregated from the city, as is antitheses. In the process of revision of the *Plano Director Municipal*, the classification of this urban space is going to change, because their actual classification doesn't serve it propose anymore. The idea of heterotopia came to the discussion, because HMB is a place of ecological and landscape compensation, a place that exposes the reality that involved it. What this reflection propose, today, facing the new challenging of drawing a city of the 21st century in constant transformation, is that, that place should have the requalification and revitalization but with the notion of the existence of values that should be maintained in time. Values that define that space as a heterotopia, and that should follow in a more organic way the development of the city. Making part of global semiological system, simultaneously more open and unifying.

Agradeço à Ana e à minha Mãe pela paciência, ao meu irmão e ao meu pai que gostava de ter visto isto acabado. À Prof. Dra. Aurora Carapinha pela orientação e amizade, ao Atelier Traços na Paisagem pela oportunidade de aprendizagem e bases de trabalho, e a todos os que me acompanharam durante este processo.

8 de Outubro de 2010

NOTA PRÉVIA

No ano lectivo de 2009/2010, durante o estágio académico de nove meses, realizado no Atelier Traços na Paisagem a participação no *Estudo Prévio de Desenho Urbano* da zona do Hospital Miguel Bombarda, suscitou-me a ideia da presente dissertação. O estudo tinha como conteúdo a alteração de um espaço urbano muito peculiar, onde a ideia de *Heterotopia* se começou a impor. Assim, a presente dissertação pretende ser uma reflexão paralela a esse estudo prévio, debruçando-se sobre a noção de *Heterotopia*, a problemática dos espaços urbanos que sofrem uma alteração de usos temporal, e o seu lugar no tecido urbano. Esta reflexão, pretende também ser uma abordagem pela positiva, a este plano pormenor que se encontra em elaboração.

I. INTRODUÇÃO

(Enquadramento teórico)

1. HETEROTOPIA

1.1. Des Espaces Autres. Hétérotopies – Michel Foucault

O texto publicado no jornal francês *Architecture, Mouvement, Continuité* em 1984 como “*Des espaces autres. Une conférence inédite de Michel Foucault*” foi a primeira publicação da conferência de Michel Foucault no *Cercle d'études architecturales*, em 14 de Março de 1967. O facto deste texto não ter sido revisto pelo autor, mas a publicação ter sido autorizada já no final da sua vida para a *Internationale Bau-Ausstellung* de Berlim, fez com que se gerasse celeuma em torno dele e explica o seu carácter ‘inacabado’ ou ‘em aberto’.

O grande interesse de ‘*Des espaces autres*’ no âmbito da arquitectura paisagista prende-se com a procura, por parte de Michel Foucault, de uma nova percepção de espaço e tempo, a partir dos estudos fenomenológicos de Bachelard, mas focando a sua análise no espaço exterior. O espaço é crucial nos estudos de Foucault acima de tudo como ferramenta para o exercício de um controlo e poder sobre o indivíduo. Aquele autor considera – ainda que saiba que o espaço e tempo não se podem dissociar –, que se vive uma ‘época do espaço’ onde toda a ansiedade da sociedade se prende muito mais com o espaço que com o tempo, pois considera que nos encontramos numa época em que tudo é simultâneo, justaposto e disperso.

Mas aparentemente Michel Foucault parece estar mais interessado em espaços que, acima de todos os lugares ou ‘*não lugares*’¹, estão em relação com os outros mas que os neutralizam ou então estabelecem relações que servem para ‘designar, espalhar ou reflectir’ esses mesmos lugares envolventes. Estes espaços que estão ligados com os outros e que os contradizem, são eles, Utopias e Heterotopias. Começa por definir o conceito de Heterotopia contrapondo-o ao conceito de Utopia². Define que utopias são lugares sem espaço físico e que representam a sociedade de um modo perfeito, porém numa realidade paralela, fundamentalmente em espaços irreais. Uma heterotopia é um outro lugar fundado na sociedade ou cultura em que insere, um ‘*contra-lugar*’, que representa essa sociedade, a contrasta e a inverte: “*Because these places are absolutely different from all the sites that they reflect and speak about, I shall call them, by the way of contrast to utopias, heterotopias.*”³ Contudo, ambas surgem da relação entre o ser humano e o espaço exterior que o circunda.

Estes lugares são descritos através de seis princípios, ao quais, Michel Foucault tenta fazer corresponder exemplos de lugares que fundamentam a ideia de heterotopia. Mas esta correspondência de princípios e exemplos não pode ser tomada através de uma correspondência linear, visto os exemplos terem em si a sobreposição de vários princípios. Na minha óptica, os conceitos, que me pareceram ser os que melhor definem cada um dos princípios de Foucault, na relação com o lugar urbano Hospital Miguel Bombarda (HMB) são: *Crisis e Deviation*, Função, Justaposição, Tempo, Espaço Público ou Privado, Contra-Espaço.

1.1.1. Os seis princípios e os lugares heterotópicos

Primeiro princípio – *Crisis e Deviation*: não existe provavelmente uma única cultura que tenha falhado a constituição de uma heterotopia. É uma constante em cada grupo humano. Obviamente as heterotopias tomam variadas formas e não se consegue definir uma universal. Deste modo, Foucault define à partida duas principais categorias: *Crisis Heterotopia e Heterotopia of Deviation*. Exemplo destes lugares: são lugares sagrados ou proibidos no séc. XVII que no séc. XIX tomam a forma de hospitais psiquiátricos, casas de repouso, colégios militares.

Segundo princípio – Função: uma sociedade tem uma história que se desenrola, e pode fazer existir uma heterotopia consoante uma função precisa e determinada dentro da sociedade. A mesma

¹ Conceito desenvolvido por Augé, M. (2005). *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, 90 Graus Editora.

² ‘Consideramos utópicas todas as ideias circunstancialmente transcendentais (e não só as projecções de desejos) que têm, de uma forma qualquer, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente.’ K. Mannheim, *Ideologie et Utopie* – 1956, in Choay, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* – 6ªEd., Perspectiva, São Paulo. Pág. 7.

³ Foucault, M. (1984) “*Des espaces autres. Une conférence inédite de Michel Foucault*” – texto online.

heterotopia pode, estar associada a espaços diferentes dos espaços culturais ordinários. Michel Foucault toma como principal exemplo: o cemitério⁴.

Terceiro princípio – Justaposição: uma heterotopia é capaz de justapor num único lugar real variados lugares que são entre ele incompatíveis. O exemplo mais antigo de heterotopia que toma a forma de lugar contraditório é o jardim. O jardim reúne sobrepostos significados, é a parcela menor do mundo, que justapõe e representa diversas realidades. É devido a isto, que Michel Foucault considera, que o jardim universaliza a heterotopia desde os primórdios da antiguidade. Outro dos exemplos que parece interessante referir é o de um palco de teatro. Onde ocorre uma justaposição dentro de uma escala de tempo relativamente reduzida; a justaposição de diferentes realidades.

Quarto princípio - Tempo: heterotopias são mais frequentemente associados a parcelas de tempo – à qual Michel Foucault denomina de *heterocronia*, por uma questão de simetria. A heterotopia começa a ganhar expressão, quando se chega a uma espécie de ruptura absoluta com o tempo tradicional. Do ponto de vista geral, numa sociedade como a nossa, heterotopias e heterocronias estão estruturadas e distribuídas de uma forma relativamente complexa. Existem heterotopias que indefinidamente acumulam tempo, um novo tipo de *heterotopia temporal* e heterotopias que em oposição a essa acumulação demonstram o aspecto mais transitório do tempo. Como heterotopias que acumulam tempo - *heterotopia of permanence* – encontram-se os museus e bibliotecas. Demonstrando o tempo no seu aspecto mais transitório - *heterotopia of festivity* - encontramos festivais, vilas de férias.

Quinto princípio – Espaço público ou privado: heterotopias pressupõem sempre um sistema de abertura e fechamento que tanto as isola como as torna penetráveis. Em geral, o lugar ‘heterotópico’ não é de acesso livre como um lugar público. Ou a entrada é obrigatória, como no caso da admissão num quartel ou uma prisão, ou então o indivíduo tem que submeter aos chamados ‘rituais e purificações’ – tomando como exemplo as sociedades ancestrais, mas que podem ser transpostos para os dias de hoje. No fundo, qualquer um pode entrar em lugares heterotópicos, mas na verdade isso é apenas uma ilusão, pensamos que entramos, pelo facto de fisicamente entrarmos, mas onde na verdade estamos excluídos. Exemplos desta situação são as prisões, as saunas escandinavas, os banhos. Em todos estes exemplos, ou fazemos parte da sua função na sociedade, ou então somos meros curiosos visitantes, mas sem nunca partilhar a realidade daquele ‘lugar’.

Sexto princípio – Contra-Espaço: o último traço das heterotopias é que elas têm uma função em relação a todo o espaço que resta. Esta função desdobra-se entre dois pólos. Ora o seu papel é a

⁴ Ver página 29 do presente relatório.

criação de um espaço de ilusão que expõe o espaço real, ou então pelo contrário a sua função é outra, a de criar um 'outro' espaço que é tão como perfeito, metuculoso, e bem conseguido que expõe o 'ordinário', mal construído, atrapalhado ou desarrumado. Estes dois pólos dão origem a dois tipos de heterotopia: *Heterotopia of Illusion* e *Heterotopia of Compensation*. As colónias⁵ são a expressão física destas heterotopias: onde as pessoas operam dentro do mesmo ritmo, partilhando deveres ou identidades e semelhanças. São sociedades que se podem tornar ilusórias, por se basearem em concepções dispares da realidade em que se inserem.

1.1.2. Tipos de heterotopias

Associados aos princípios que criou para tentar definir heterotopia, Michel Foucault, chegou a diferentes tipos de heterotopias, assumindo quatro: *crisis*, *deviation*, *illusion* e *compensation*; mas consegue-se distinguir na leitura do texto mais duas heterotopias: *festivity* e *permanence*⁶. Como analisam Michiel Dehaene e Lieven De Cauter, percebe-se neste texto a presença de três eixos: um antropológico, um temporal e um imaginário, conscientes da existência potencial de mais. *'The anthropological axis situates heterotopia on the division normal/abnormal, topos/heterotopos, common place/ other place, resulting in the historical qualifications of crisis and deviance. The temporal axis opposes permanence to the event-like character of the feast. The imaginary axis conceives of heterotopia as realized utopias, as real spaces with a specific relation to the non-real spaces of utopia, resulting in the specific function heterotopia has with respect to 'the rest of space', namely that of illusion or compensation.'*⁷

Crisis Heterotopias – no que se podem chamar sociedades primitivas há lugares sagrados, privilegiados ou proibidos, reservados a indivíduos em estado de crise⁸. Estas heterotopias estão persistentemente a desaparecer, estando a ser substituídas por *heterotopias of deviation*.

Heterotopias of Deviation – os lugares onde são colocados os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média exigida ou norma, cujo o comportamento se afasta do que é considerado aceitável. Exemplo destes locais são os hospitais psiquiátricos, assim como se podem

⁵ Nesta concepção de colónia, Michel Foucault, tinha presente como exemplo as primeiras colonizações da sociedade puritana inglesa na América, que eram perfeitamente 'outros' lugares; ou mesmo as colónias Jesuítas na América do Sul.

⁶ Conceitos definidos por De Cauter, L; Dehaene, M. (2008) *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society*, Routledge - Taylor & Francis Group, London e New York. Pág. 26

⁷ De Cauter, L; Dehaene, M. (2008) *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society*, Routledge - Taylor & Francis Group, London e New York. Pág. 27

⁸ Como exemplo de estado de crise, Foucault, faz referência a adolescentes, mulheres grávidas, ou mesmo jovens em serviço militar, 'lugar' por onde passam por grandes transformações na afirmação da sua virilidade, 'lugares outros' fora da realidade protegida a que, até aquele momento, estão habituados, como por exemplo, a que vivem em casa. Mas considera que estes estados de crise, ou heterotopias de crise, estão tendencialmente a desaparecer na sociedade. Jürgen Habermas define crise como "a patologia do mundo concreto".

considerar os lares ou casas de repouso como uma fronteira entre *Crisis Heterotopias* e *Heterotopia of Deviation*, devido à sociedade de hoje considerar que a velhice é tanto uma crise como um comportamento desviante – tendo em conta Michel Foucault, a sociedade de hoje tem tendência para considerar que o lazer é uma norma, mas o ócio já uma espécie de comportamento desviante.

Heterotopia of Illusion – o seu papel é o de criar um espaço de ilusão que expõe o real, mas esse espaço de ilusão pode ser tão verdadeiro ou real quanto a nossa concepção de mundo, apesar de, usualmente, ser considerado uma distorção dos nossos sentidos e percepções da realidade. Existem assumpções em que aquilo que consideramos como realidade, pode ser tão verdadeira quanto todos os lugares que concebemos como ilusão – por exemplo o reflexo num espelho. São lugares nos quais a vida humana é reflectida, onde uma existência em vários sítios ou por diferentes vezes, faz com que se exponha todo o espaço real, quase como que uma formalização da desintegração da sociedade.

Heterotopia of Compensation – através da antítese de *Heterotopia of Illusion*, o seu papel é criar um espaço que é, outro espaço real, perfeito, meticuloso, bem organizado em contraposição a uma realidade confusa, mal construída, e caótica. Este último tipo de heterotopia seria não de ilusão, mas de compensação. Como anteriormente referido, Michel Foucault questiona se certas colónias, não terão funcionado um pouco dessa maneira. Em certos casos, elas têm desempenhado, ao nível da organização geral do espaço terrestre, o papel de heterotopias.

Heterotopia of Festivity – aponta para o aspecto mais transitório do tempo. Apoia-se na ideia de um acontecimento esporádico, mas que se pode repetir no tempo e no espaço. São lugares para se ‘estar’ dentro de um contexto específico que se proporciona.

Heterotopia of Permanence – Foucault aponta como paradigma desta heterotopia o museu ou a biblioteca, tendo em conta que existe, num espaço imóvel, a perpetuação e acumulação de tempo. São lugares que permanecem no tempo, disponíveis e quase como que intactos, à espera de serem usufruídos ou utilizados.

Estes dois últimos tipos de heterotopia, são a demonstração do modo complexo como hoje em dia estas heterotopias estão distribuídas, pois pensando na *heterotopia of festivity*, e associando ao espaço que a alberga muitas vezes encontramos aquilo a que Michel Foucault chama a ‘*permanent site of festivity*’.

1.2. NOVAS PERCEPÇÕES DE HETEROTOPIA

1.2.1. *Heterotopia in a postcivil society* – Michiel Dehaene and Lieven De Cauter⁹

Estes autores, no seu texto introdutório do livro *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society* (2008), começam por referenciar que no final do século XX, o debate urbanístico tinha as atenções viradas para a dicotomia entre o ‘fim do espaço público’ e as novas formas de espaço público através de espaços privados de uso colectivo. Nos primórdios de um século XXI onde o aquecimento global, a luta contra o terrorismo e a pobreza global a aumenta, assistiu-se a uma proliferação de estudos urbanos que celebram uma ideia de urbanidade e de metrópole. Este ‘requiem’ à cidade, colocou novamente no centro das atenções, a dicotomia entre o espaço público e privado, mas ao mesmo tempo desgastou a sua força analítica. A transformação contemporânea da cidade exhibe um profundo re-desenho dos limites do espaço público e privado. Traz à discussão concepções tanto ‘férteis’ como ‘traíçoeiras’ que não são simples híbridos, mas que acima de tudo desafiam uma descrição mais simples destes dois termos: espaço público e privado. Afirmam que o conceito de heterotopia de Michel Foucault mantém e efectiva a possibilidade de recapitular este debate. Ao mesmo tempo esta heterotopia, devido a falhas de definição, torna-se demasiado abrangente e traz consigo alguma confusão. Tentam clarificar este conceito assumido heterotopia como estando situada entre aquilo a que chamam “*a crossroads of the conceptual flight lines that shape public space today*”. Focam a sua análise em quatro pontos que consideram ser as questões essenciais do desenho de espaço urbano: “*The reinvention of the everyday – the ordinary and the extraordinary; The privatization of public space – ‘oikos’ versus ‘agora’; The rise of the network society – place and non-place; e por último The postcivil society versus camp.*”

Na primeira situação demonstram que o discurso da ‘*reinvention of everyday*’ é uma tentativa para contrariar o ênfase que Michel Foucault dá ao extraordinário ‘mapeando’ as potencialidades vitais do ordinário. O que faz com que as tentativas de um ‘*everyday urbanism*’ ou ‘*architecture of the everyday*’ não se limitem a reforçar a simulação de normalidade. Por outras palavras, questionam se hoje em dia se consegue sobreviver fora da heterotopia. Em termos do ‘*oikos*’ versus ‘*agora*’, assumem que as heterotopias apesar de excluídas, são parte integrante da *polis*. A polis como cidade-estado ideal, procura um equilíbrio entre o espaço privado (oikos) e o espaço público (ágora). O lugar das heterotopias, numa sociedade pós-civil, é então um ‘outro’ dentro da vida pública. Inserido nesta matriz, as heterotopias de hoje em dia, simulam ou realizam uma experiência comum de espaço.

⁹ Este texto, encontra-se disponível online, mas apenas parcialmente, apesar de não ter sido possível ter acesso à totalidade do texto, pareceu-me interessante integrar parte da visão destes autores, visto ser uma mais valia à reflexão sobre o lugar das heterotopias hoje em dia em meio urbano.

Devido à sua natureza especial, são opostas aos *não-lugares*, são lugares para estar e não para fluir. Deste modo, as heterotopias tomam para si a tensão que existe entre *lugar* e *não-lugar*, que dá uma nova forma à natureza de espaço público.

Apesar da proliferação de heterotopias que originam 'normalidade' numa matriz citadina, existe neste século cada vez mais situações onde as condições humanas estão limitadas ao mínimo (*'bare life'*). Estas situações excepcionais são definidas como campos (*'camp'*), onde se verifica a desintegração da sociedade. São situações onde a divisão entre o privado e o público estão suspensos – campos de refugiados, sem-abrigo, imigrantes ilegais.

São estas polaridades, anteriormente descritas, que determinam a importância do conceito de heterotopia na realidade urbana de hoje, visto ela se encontrar em todo o lado – museus, parques, resorts, festivais. A heterotopia tornou-se central na nossa sociedade, mas já Michel Foucault havia determinado essa centralidade usando como exemplos de heterotopias, lugares com essa relevância. Esta centralidade e caracterização de espaço semi-público, que permite uma abertura e fechamento à cidade, permite afirmar que uma heterotopia é o oposto dos espaços marginais e intersticiais. Michiel Dehaene e Lieven De Cauter defendem que, deste modo, a principal função da heterotopia na cidade, se mantém obscura e que nem tudo é uma heterotopia. Deixam de pé as seguintes questões: *"What constitutes the otherness of these other places? What is their role in society and their place in the city?"*

2. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA

(Área de estudo / descrição do existente)¹⁰

O lugar Hospital Miguel Bombarda é um caso excepcional na cidade de Lisboa devido à sua situação geográfica e histórica. Situado no cabeço de uma das colinas da cidade, durante o último século, a antiga Casa de Rilhafoles albergou, o convento e a igreja da Casa da Missão, fundada por São Vicente de Paulo, seguido do Real Colégio Militar e, posteriormente, um hospital psiquiátrico de onde resultaram dois surpreendentes elementos patrimoniais – o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, e a Enfermaria 8 (Pavilhão de Segurança) do Hospital Miguel Bombarda.

2.1. ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO E PAISAGÍSTICO (Área de Estudo no contexto geográfico)

2.1.1. Usos e Funções Ecológicas

A área total de intervenção, de acordo com o PDM em vigor¹¹, actualmente em revisão, corresponde inteiramente, a Área de Equipamentos e Serviços Públicos adjacentes a tecidos urbanos de características muito distintas. Está inserida nos traçados urbanos executados até ao final do séc.XIX (Santana| Torel | Bemposta), localizando-se no seu limite Norte, já na fronteira com os novos tecidos urbanos do início do séc. XX de traçado ortogonal. A área de intervenção situa-se na cabeceira de uma das mais significativas colinas de Lisboa que separa o eixo da Av. Almirante Reis com a Av. da Liberdade, a Colina de Sant'Ana. Esta colina, pela sua situação fisiográfica, pelo seu declive, e pela quantidade de áreas permeáveis, arborizadas, que ainda hoje permanecem, tem como principais funções ecológicas, a promoção de infiltração que alimenta os sistemas húmidos das zonas baixas da cidade, como também a depuração e arrefecimento da temperatura do ar.

A área em estudo possui duas pequenas zonas de ocorrência de movimentos de vertentes de grau moderado. Os solos são de vulnerabilidade sísmica alta¹². A área de intervenção situa-se a montante do sistema húmido - integrante da Estrutura Ecológica Fundamental do PDM e revisão (Fig.1)¹³ - e é limitada por eixos arbóreos principais da Rua Gomes Freire, Av. Luciano Cordeiro e Rua Bernardino Ribeiro, tendo a sul o Campo dos Mártires da Pátria que está classificado como Espaço Exterior de Recreio e Lazer (Fig.2)¹⁴.

¹⁰ Nota: este trabalho de análise foi desenvolvido em equipa no Atelier Traços na Paisagem, aquando do estágio académico, tendo sido adaptado ao contexto desta pequena reflexão.

¹¹ Ficha de Classificação e Condicionantes PDM – em vigor, fornecidas pela CML, em anexo.

¹² Ficha de Classificação e Condicionantes PDM – em revisão, em anexo.

¹³ **Figura 1.** Planta da Estrutura Ecológica Fundamental – PDM em revisão, em anexo.

¹⁴ **Figura 2.** Planta da Estrutura Ecológica Integrada – PDM em revisão, em anexo.

2.1.2. Condicionantes em Vigor¹⁵

De acordo com as condicionantes em vigor, a área abrange parte dos *Sistema Húmido* e *Sistema de Corredores* (Componentes Ambientais e Urbanas I); um *Núcleo de Interesse Histórico* e parte do conjunto *Vales e Frente Ribeirinha* (das Componentes Ambientais e Urbanas II). No âmbito das condicionantes inerentes ao Inventário Municipal do Património estão inventariados, no interior do espaço, o Pavilhão Circular do Hospital Miguel Bombarda; o Edifício Principal do Hospital Miguel Bombarda, o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, correspondendo, toda a área, a um Nível de Intervenção Arqueológico 2 - Balneário e Pavilhão de Segurança sob tutela do IGESPAR. Outras servidões e restrições de utilidade pública são a *Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa – Superfície cónica de transição* (a cujo parecer estará sujeito o plano, no caso de a cota máxima absoluta de construção ser igual ou superior a 145m), e uma Zona de Protecção de Instalações Militares. Encontra-se ainda parcialmente abrangido pela UOP2, das Áreas Históricas Centrais, para o qual não existe plano específico aprovado.

Os parâmetros urbanísticos em vigor para a respectiva Área de Equipamentos e Serviços Públicos correspondem a um IUL de 0,6, sem definição do número de pisos máximo, e com 30% dos logradouros como área verde ou permeável necessária.

2.1.3. Contexto Ecológico da Cidade

Os processos ecológicos da paisagem desenvolvem-se segundo a interacção de diversos factores do ambiente. Esses factores tanto podem ser factores visíveis, nomeadamente relacionados com circulação da água e dinâmica da vegetação, como factores invisíveis, relacionados com a geologia, lençóis freáticos, fauna, clima. A análise da Estrutura Ecológica Urbana corresponde à identificação dos recursos e valências que constituem uma rede de sistemas ecológicos que permitem a preservação da paisagem citadina. A continuidade e complementaridade destes sistemas naturais e culturais originam uma sustentabilidade ecológica e física do meio urbano, que permite uma biodiversidade, valorização e dinamização do património arquitectónico e paisagístico de Lisboa.

2.1.3. a) Sistema Húmido / Sistema Seco / Corredores (Fig.1 e 2)¹⁶

Nesta análise desenvolve-se o estudo da bacia hidrográfica em que o HMB se insere. Esta é constituída pelos sistemas húmido e seco, e um sistema de corredores, que definem as áreas representativas a nível ecológico e com características distintas e complementares entre si. Estas áreas promovem uma matriz de continuidade, diversidade e dimensão.

¹⁵ Ficha de Classificação e Condicionantes PDM – em vigor, fornecidas pela CML, em anexo.

¹⁶ **Figura 1.** Planta da Estrutura Ecológica Fundamental – PDM em revisão e **Figura 2.** Planta da Estrutura Ecológica Integrada – PDM em revisão, em anexo.

O sistema húmido corresponde genericamente às áreas onde se faz a circulação do ar e da água, nomeadamente as linhas morfológicas de escorrência natural – bacias de recepção e zonas de vale. Estes espaços associam-se ao sistema seco que corresponde às áreas onde, por oposição ao sistema húmido, se formam gradientes que geram movimentos de ar e água comunicantes com o sistema húmido. É no sistema seco que ocorre grande parte da infiltração da água que vai alimentar o ciclo hidrológico, constituindo normalmente áreas muito sujeitas à erosão – linhas de fecho e encostas convexas. Em Lisboa estes espaços estão associados às quintas de recreio, como é o caso do Hospital Miguel Bombarda, outrora Quinta de Rilhafoles. Corresponde exactamente ao colo de uma das principais linhas de fecho, situando-se, como foi visto anteriormente, imediatamente a montante da colina de Sant’Ana, uma das tradicionais colinas que caracterizam a cidade de Lisboa, seguindo a direcção do vale da Baixa Pombalina. Prevê o regulamento da Estrutura Ecológica Municipal que o índice de ocupação edificada ideal para as zonas do sistema seco com edificação seja de 0,4, e caso já seja mais elevado, não deverá ser aumentado.

A continuidade dos sistemas húmido e seco é assegurada por corredores verdes, que promovem um *continuum naturale* - ligação entre biótipos, um sistema contínuo de ocorrências naturais que permitem o funcionamento e desenvolvimento dos ecossistemas e a permanência de biodiversidade.

2.1.3. b) Colinas e Sistema de Vistas (Fig.4)¹⁷

A cidade de Lisboa é entendida como a cidade das míticas ‘sete’ colinas, visto ela própria corresponder uma morfologia urbana que se ajusta à fisiografia originária, e onde os pontos mais altos deste sistema colinar correspondem, quase sempre, miradouros constituídos por espaços verdes facilmente identificáveis no interior do tecido urbano. Estes lugares estabelecem entre si uma comunicação visual e constituem um conjunto referencial da estrutura urbana da cidade. São eles: Alto do Parque Eduardo VII; Jardim Botânico da Escola Politécnica; Miradouro de S. Pedro de Alcântara; Miradouro do Torel; Miradouro de Monte Agudo; Miradouro de Nossa. Sra. Do Monte; Miradouro da Graça; Castelo de S. Jorge, e ainda – miradouros não visíveis do Hospital Miguel Bombarda – o Miradouro da Penha de França; o Miradouro de Santa Luzia; o Miradouro de Santa Justa; e o Miradouro de Santa Catarina.

A área onde está implantado o Hospital Miguel Bombarda, tem uma localização extraordinária e privilegiada em termos da relação visual com todos estes outros pontos importantes. A identidade da cidade de Lisboa apreende-se também através da sua leitura formal, do seu relevo. É nos cabeços da cidade antiga que surgem estruturas arbóreas, que rompendo o tecido edificado, criam amenidades

¹⁷ **Figura 4.** Relação visual entre os Miradouros de Lisboa, em anexo.

na cidade e ao cidadão. Pela sua função ecológica, social e estética apresentam um indiscutível valor referencial.

2.1.3. c) Estrutura Verde Existente (Fig.5)¹⁸

A estrutura verde urbana com que se articula a área do Hospital Miguel Bombarda consiste: na ligação transversal ao eixo estruturante da Av. da Liberdade > Parque Eduardo VII > Monsanto, do jardim do Campo de Sant'Ana à Rua das Portas de Santo Antão – passando pelo Jardim do Torel, Jardins dos Correios e Encosta do Coliseu e Ateneu Comercial, Jardim do Torel, e desta encosta com a do miradouro de S. Pedro de Alcântara e Jardim Botânico da Politécnica, através do Parque Mayer e Praça da Alegria. Esta estrutura é ainda complementada com o conjunto dos logradouros de solo permeável e com vegetação.

Estes elementos urbanos desempenham, nesta malha urbana consolidada, papéis fundamentais enquanto espaços de infiltração das águas pluviais, da criação de gradientes térmicos para geração de brisas, filtragem da poluição atmosférica e redução da temperatura do ar. Podem ainda ser considerados como recurso para a instalação de agricultura urbana; e acabam por facilitar, a integração de uma rede de circulação urbana pedonal e ciclável.

Relativamente à Estrutura Verde Existente, a função do Hospital Miguel Bombarda prende-se com a regulação hídrica, pelo elevado índice de permeabilidade dos solos, desempenha um papel na regulação e limpeza atmosférica através da vegetação existente, e, ainda, desenvolve alguma produção hortícola.

2.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E ESTRUTURA URBANA (Identidade Urbana e Espacial)

2.2.1. Breve enquadramento histórico

2.2.1. a) A Quinta de Rilhafoles – alterações históricas de uso

O Hospital Miguel Bombarda ergue-se numa das colinas de Lisboa, zona conhecida como Rilhafoles porque ali existiu uma grande quinta chamada de Rilha Folles ao cimo da Rua Dr. Almeida Amaral, próximo da Rua de Gomes Freire, na zona do Campo dos Mártires da Pátria (antigo Campo de Sant'Ana), em Lisboa. É o primeiro hospital psiquiátrico português, fundado em 1848, por iniciativa do Duque de Saldanha, então primeiro ministro.

¹⁸ **Figura 5.** Planta Síntese do Plano Verde de Lisboa, em anexo.

Foi instalado na antiga Casa de Rilhafoles, que pertencia à Congregação da Missão, fundada por São Vicente de Paulo. Também designada por Congregação da Missão da Real Casa de Lisboa (1814), Casa da Congregação da Missão em Lisboa, Casa da Congregação da Missão em Rilhafoles, Casa de São João e São Paulo, Casa de Rilhafoles, ou Casa da Cruz de Lisboa. A fundação foi autorizada por breve pontifício de 10 de Setembro de 1717, por consentimento de D. Tomás de Almeida, cardeal patriarca de Lisboa Ocidental. Em 1720, o padre José Gomes da Costa, primeiro superior da Casa da Congregação da Missão de Lisboa, tomou posse da quinta de Rilhafoles para nela edificar o convento e a igreja da nova Casa da Missão de Portugal. Em 1834, no âmbito da "Reforma geral eclesiástica" empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), através do decreto de 30 de Maio, foram extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas, sujeitas aos respectivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo. Os bens foram incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional.

Após esta extinção das ordens religiosas em Portugal, o edifício do ex-convento de Rilhafoles albergou, a partir de 1835, o Real Colégio Militar, hoje Colégio Militar, instituição que ocupou as instalações até que, por decreto de 14 de Novembro de 1848, referendado pelo duque de Saldanha e barão de Franco, foi transferido para o edifício do Convento de Mafra, por ocasião das reformas legislativas do ensino e do exército realizadas na época. Após a saída do Real Colégio Militar o edifício de Rilhafoles foi destinado para o hospital de doentes mentais – Hospital de Alienados de Rilhafoles.

Em 1851, e apesar de o edifício do Convento ser grande, tornou-se necessário proceder à construção de um novo edifício exclusivamente destinado a balneário e que viria a ser inaugurado em 1853 pela rainha D. Maria II, no dia de aniversário do Príncipe consorte D. Fernando, 29 de Outubro. O que justificava a sua construção, segundo os médicos daquele hospital que em 1851 tinham solicitado o Plano da Casa dos Banhos, era não só a necessidade de balneário para a higiene dos doentes, mas, fundamentalmente, para a concretização de uma nova técnica terapêutica psiquiátrica que assentava no princípio que os banhos beneficiavam a cura desses doentes.

Após da nomeação em 1892 para Director do 'Hospital de Alienados de Rilhafoles' o clínico Prof. Miguel Bombarda, foram sendo realizadas obras afim de beneficiar o corpo hospitalar principal, incluindo a remodelação da entrada, a criação do refeitório, laboratório, entre outros. Nos espaços exteriores foram desenvolvidos percursos pedonais terapêuticos chamados 'passeios alegres'.

É em 1896, que começa a funcionar o Pavilhão de Segurança, projecto aprovado pelo rei D. Carlos e desenvolvido pelo arquitecto José Maria Nepomuceno, onde além de criminosos se internavam outros doentes considerados perigosos. A instituição evoluiu entretanto para o Hospital de Miguel

Bombarda actualmente a ser desactivado, tendo já um baixo número de doentes internados, e encontrando-se os edifícios, à excepção do Pavilhão de Segurança, em estado de degradação.

2.2.2. Identidade Urbana e Espacial

2.2.2. a) Identificação de Tecidos Urbanos¹⁹

Embora em algumas zonas da cidade a articulação do tecido antigo até ao séc. XIX com o tecido moderno, do início do séc. XX, esteja resolvido, existem outros pontos, como a cerca conventual do Hospital Miguel Bombarda onde a própria fisiografia do terreno associada certamente a outros factores, impossibilitou a continuidade do desenho dos arruamentos modernos das Ruas Gonçalves Crespo e Rua Ferreira Lara, gerando uma violenta quebra no tecido edificado.

A fusão da malha urbana medieval com a malha urbana pombalina (do Sistema Peneplanáltico Interior) que neste local ocorre ao longo dos limites norte e oeste, surge precisamente da inaplicabilidade de um modelo ortogonal a uma paisagem de relevo acidentado (do Sistema Colinar Voltado ao Tejo), limite esse que acontece de forma abrupta com os arruamentos ortogonais a terminar subitamente na alta parede que rodeia o espaço do antigo convento e hospital. A zona de charneira onde a área de intervenção se situa, entre o planalto interior e a zona colinar voltada ao Tejo, é então caracterizada por este ‘embate’ da estrutura urbana do séc. XIX com a estrutura urbana do séc. XVII (Fig.7).²⁰

2.2.2. b) Tipologias de Espaços Verdes

Sistemas de Utilização de Espaços Verdes Existentes / Corredores Verdes na área de influência do Hospital Miguel Bombarda:

Com base no Plano Verde de Lisboa (que agrupa o conjunto dos espaços abertos urbanos de acordo com as suas tipologias, não só no plano morfológico e de funcionamento ecológico, mas também num plano qualitativo, relacionado com as exigências de utilização associadas), a estrutura verde de Lisboa é composta por quatro sistemas: Sistema de Recreio; Sistema Associado; Sistema Misto e Sistema de Protecção. O sistema de recreio abrange a quase totalidade dos espaços verde adjacentes ou em contacto mais directo com a área do HMB, e compreende “*todos os espaços abertos, verde ou pavimentados, especialmente vocacionados para o desenvolvimento de actividades recreativas ou lúdicas, nomeadamente: jardins; praças; miradouros; largos; parques; jardins botânicos; jardins*

¹⁹ Subsecção II Espaços Consolidados – Artigo 41º Traçados Urbanos, PDM em revisão, em anexo.

²⁰ **Figura 7.** Planta de Traçados Urbanos de Lisboa – fronteira entre o Tecido Urbano Antigo até ao séc. XIX e o Tecido Urbano Moderno do início do séc. XX.

*zoológicos; alamedas;*²¹ Este sistema está associado sobretudo a esta zona da cidade – Cidade Tradicional e Cidade Moderna.

Espaços Verdes Existentes no Hospital Miguel Bombarda:

O índice de permeabilidade é ainda bastante elevado neste espaço, consequência da existência de uma significativa área não edificada. A tipologia de espaços verdes dentro da área de intervenção é diversa mas com um carácter pouco definido. É perceptível que a estrutura verde existente corresponde a uma derivação, ao longo do tempo e das necessidades, de uma estrutura tradicional de quinta de produção, claramente patente nas gravuras que remontam à época em que aqui funcionava um convento (Fig.6).²² Esta matriz está ainda presente nos corredores arborizados ao longo dos principais caminhos, em algumas hortas na zona nascente e no antigo pomar ao longo do eixo central; também tem expressão no logradouro com a cisterna no interior do edifício principal e nos espaços verdes de enquadramento ou áreas expectantes, associados a todos os outros edifícios e aos limites do Hospital Miguel Bombarda.

2.2.2. c) Equipamentos

O espaço HMB é caracterizado por uma raiz estrutural pré-existente associada a uma matriz conventual, onde o edifício panóptico se implantou com grande imponência no espaço. No âmbito das condicionantes inerentes ao Inventário Municipal do Património estão inventariados o Pavilhão Circular do Hospital Miguel Bombarda, o Edifício Principal do Hospital Miguel Bombarda, o Balneário de D. Maria II do antigo Hospital de Rilhafoles, correspondendo, toda a área, a um Nível de Intervenção Arqueológico 2 - Balneário e Pavilhão de Segurança sob tutela do IGESPAR. Estes são os equipamentos que aqui se dão relevância.

Enfermaria 8 / Pavilhão de Segurança – Aquando das novas reformulações levadas a cabo pelo clínico Prof. Miguel Bombarda em funções de director do hospital, começa a funcionar em 1896 a Enfermaria 8 / Pavilhão de Segurança, com o objectivo de internar os ‘alienados criminosos’, cuja a lei em vigor estipulava o seu recolhimento e tratamento. Acabou por albergar doentes de risco, criminosos ou não, sem distinção. É constituído por um largo corpo cilíndrico, térreo, com pátio central de planta circular, envolvido por um alpendre e fechado por uma alta parede vertical. Associados a esse corpo cilíndrico encontram-se três volumes prismáticos que correspondem à entrada, ao refeitório e sala de reunião. O Pavilhão de Segurança apesar de reflectir a concepção do

²¹ Telles, G. Ribeiro; Magalhães, M. R.; Alfaiate, M. T., (1997) *Plano Verde do Concelho de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa. Pág.91.

²² **Figura 6.** Plantas com Espaços Verdes existentes no Hospital Miguel Bombarda ao longo do tempo, em anexo.

panóptico prisional²³, tem alterações que suavizam esta estrutura e ‘se afastam da prática do universo concentracionário, enclausurante e oitocentista de Bentham’²⁴. Foram acrescentadas portas de madeira de modo a permitir privacidade nas celas, o edifício tem um só piso, não existe torre central de observação e o pátio com alguma arborização e lugares de estadia, através do qual os doentes circulavam, aproximando-se mais de um ambiente franciscano, poderosamente sereno. Projecto aprovado pelo rei D. Carlos e desenvolvido pelo arquitecto José Maria Nepomuceno, constitui um edifício de extrema singularidade onde ressaltam a extrema racionalidade na forma arquitectónica e soluções estéticas bem integradas. Alia a influência da arquitectura prisional panóptica de um extremo geometrismo à tradição mediterrânica do pátio interior e a características vivenciais portuguesas.

Balneário – Foi construído de raiz aquando de obras de beneficiação no edifício conventual e inaugurado a 29 de Outubro de 1853 pela Rainha D. Maria II. Sendo o primeiro edifício construído para assistência hospitalar psiquiátrica em Portugal, representava uma mudança de mentalidade relacionada com os doentes mentais e uma melhoria nas terapêuticas então praticadas. Conservado até hoje no essencial é um bom exemplo de arquitectura pavilhonar – com planta em ‘U’ e arcada do lado interno, virada para um pátio com uma série de vãos ogivais; os revestimentos exteriores a azulejo estampilhado em azul, amarelo e branco; as tinas e as cabines de duche verticais em mármore; sala interior central com piscina ao meio.²⁵ O sofisticado sistema de aquecimento por caldeiras e tubagens são um dos elementos mais curiosos deste edifício sob tutela do IGESPAR.

²³ Baseados nos edifícios panópticos prisionais desenvolvidos nos EUA e vários países europeus no século XIX, através das teorias desenvolvidas por Jeremy Bentham e mais tarde Michel Foucault.

²⁴ **Fernandes, J.M.** (2005) *7 Anos de Lisboa. 1997-2004 (Arquitectura, Património, Urbanismo, Polémicas)*, Livros Horizonte, Lisboa. Pág. 129.

²⁵ **Fernandes, J.M.** (2005) *7 Anos de Lisboa. 1997-2004 (Arquitectura, Património, Urbanismo, Polémicas)*, Livros Horizonte, Lisboa. Pág. 127-128.

II. HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA ENQUANTO HETEROTOPIA NO TECIDO URBANO DE LISBOA (Papel | Influência desta heterotopia):

1. A HETEROTOPIA HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA

“Heterotopias are aporetic spaces that reveal or represent something about the society in which they reside though the way in which they incorporate and stage the very contradictions that this society produces but it is unable to resolve” Michiel Dehaene e Lieven De Caeter

1.1. SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DE MICHEL FOUCAULT

Neste ponto, será feita uma alteração de ordem na abordagem aos seis conceitos que considero relevantes na teoria de Michel Foucault, com o objectivo de fazer uma análise partindo do lugar HMB ao seu papel no tecido urbano de Lisboa. Uma análise portanto de dentro para fora, partindo da sua identidade como lugar heterotópico para a sua influência no tecido urbano de Lisboa. Deste modo, alguns dos princípios que definem heterotopia não serão tão explorados, visto as suas características não servirem esse intuito. Os conceitos que aqui mais interessam desenvolver são os do ‘contra-espço’ e função, espaço público e privado, visto poderem vir a contribuir para o desenvolvimento de uma proposta urbanística ainda mais consciente.

1.1.1. *Crisis e Deviation*

Ao definir ‘heterotopias de crise’, Michel Foucault, utiliza como exemplo, duas valências pelas quais a área em estudo já passou: o de lugar sagrado²⁶, reservado a indivíduos em estado de crise, dentro do qual se poderá inserir o Convento de São Francisco de Paula da Congregação do Oratório de São Filipe Nery (Convento de Rilhafoles); outro, o serviço militar para jovens²⁷, onde se iniciam as primeiras manifestações de virilidade – sendo estas importantes por serem consideradas estados de crise nas sociedades primitivas. Após a extinção das ordens religiosas em Portugal, o Convento de Rilhafoles albergou o Real Colégio Militar.

Na sociedade estas ‘heterotopias de crise’ foram desaparecendo assim como os lugares que as albergaram, sendo substituídas por ‘heterotopias desviantes’. O exemplo dessas heterotopias que

²⁶ A palavra “sagrado” provém do latim *sacrum*, tem um carácter de inviolável, respeitável, e purificador. Espacialmente aplicado pode fazer referencia à área em torno de um templo. O convento, na sua definição associada ao religioso, era o lugar onde os homens se retiravam do mundo para melhor servir e amar Deus. Tornando-se a representação do céu na terra. Este isolamento representa um estado de crise.

²⁷ Toma-se como definição de serviço militar, um período com duração e obrigatoriedade variada, em que os cidadãos de determinada comunidade recebem treino militar, visando sua preparação para uma eventual guerra. Na realidade portuguesa já não é obrigatório, mas em tempos foi, e era considerado um processo de transição dos jovens para a idade adulta.

aqui se verifica é o de hospital psiquiátrico²⁸ – lugar onde co-habitam os indivíduos cujo o comportamento é desviante em relação à norma. O Convento de Rilhafoles passa por esta identidade – após albergar o Colégio Militar passa a Hospital de Alienados de Rilhafoles evoluindo para o actual Hospital Miguel Bombarda.

1.1.2. Justaposição

Como se viu anteriormente na alteração temporal de realidades, o HMB sobrepõe toda esta diversidade de lugares num só. Pode-se fazer a comparação com um palco de teatro, que sobrepõe, uns atrás dos outros, lugares distintos: *“Thus it is that the theater brings onto the rectangle of the stage, one after another, a whole series of places that are foreign to one another”*.²⁹

Para além de se poder dizer que esta justaposição de espaços no mesmo lugar acontece temporalmente, no caso específico do lugar HMB, constata-se que existe também à escala do próprio espaço. Encontramos neste lugar diferentes unidades de paisagem, relacionadas com diferentes usos – Panóptico e a sua área de enquadramento, Jardim/Horta/Pomar, Edifício Principal/Hospital, Banhos – mas que se relacionam e se complementam todos entre si, funcionando como um todo.

1.1.3. Tempo

Existe neste lugar uma ruptura absoluta com o tempo tradicional. Ao entrar-se naquele espaço tem-se imediatamente uma relação com um tempo ‘outro’, diferente do natural cidadão. Enquanto convento ou colégio, este lugar representava essa ruptura com o tempo tradicional, tinha um tempo próprio, um tempo partilhado em comunidade, um tempo de rotina horária e um tempo de retiro. Na sua função de Hospital Psiquiátrico, esse tempo apesar de inserido numa rotina passa a um não tempo, a um tempo alienado. Claro que existem nesta situação duas realidades temporais sobrepostas; a de rotina, próxima da realidade cidadã imposta por quem ali trabalha, e a realidade e tempo dos que ali vivem. Explorar esta dicotomia não é importante para este estudo, mas identificar que, as diferentes realidades que tiveram lugar no HMB levam a uma acumulação de formas, de épocas, de gostos, constituindo um lugar de ‘todos’ os tempos, que perpetua uma acumulação de tempo, e que já é de primordial relevância. Quase como se a história inteira da humanidade estivesse

²⁸ Tem como base a definição de instituições fechadas, cujo funcionamento é feito através de regras e normas rígidas e onde há selecção à entrada. A adesão e saída destas instituições pressupõem processos complexos, que podem ser equiparados, aos antigos rituais de iniciação. Todas comunidades referidas (convento, colégio militar, hospital psiquiátrico) assumem o modo de funcionamento de uma instituição, apenas diferem pela possibilidade de o indivíduo determinar a sua adesão ou saída. No caso do convento e do colégio militar (quando o serviço militar não é obrigatório), essa adesão e saída é determinada pelo indivíduo de livre vontade, logo é uma instituição aberta. No caso do hospital psiquiátrico e em particular do HMB, encontramos as duas situações. Internamentos forçados e adesões de livre vontade, mas onde a sua saída já pressupõe mecanismos mais complexos.

²⁹ Foucault, M. (1984) *“Des espaces autres. Une conférence inédite de Michel Foucault”* – texto online.

acessível numa espécie de conhecimento imediato, naquele lugar, tornando-o numa *Heterotopia of Permanence*.

1.1.4. Espaço público ou privado

Assim como as heterotopias também o HMB pressupõe um sistema de abertura e fechamento que tanto o isola como o torna penetrável. É um espaço privado onde a entrada só acontece através de um processo semelhante aos antigos rituais ou purificações. E quando isso não acontece e entramos nestes espaços estamos excluídos; ou se faz parte daquela realidade ou então consideramos uma ilusão, somos apenas meros espectadores. O reforço físico desta situação é a cerca conventual³⁰, que mantém este lugar fechado e de costas voltadas à cidade. Ao longo dos tempos, a quinta de Rilhafoles foi sofrendo várias transformações e diversas apropriações do seu espaço, alterando a configuração dessa cerca. Os conventos apesar de fundados em meio rural, estabeleciam com a urbe uma relação de dependência e orientavam a expansão urbanística nessa direcção. Acentuavam os eixos viários que permitiam sustentar novas malhas construídas, e não o inverso; onde essas novas malhas se foram impondo e apropriando da cidade, corroendo partes da Quinta de Rilhafoles, e restando o que encontramos hoje.

Ao mesmo tempo, é esta mesma cerca (formalização de um espaço privado ou semi-privado) que permite manter aquele lugar como inviolável, sacralizando-o. Este facto é, exactamente, um dos pontos de análise inicial de Foucault, a questão da sacralização do espaço. O autor, acredita que se chegou a uma certa dessacralização teórica do espaço, mas em termos práticos ainda existem princípios que se mantêm invioláveis, como as dicotomias entre espaço público ou privado – associados a uma vivência familiar ou social, ou mesmo o espaço cultural ou o utilitário – associados ao lazer ou trabalho. Estas concepções são mantidas por uma presença muito forte de sagrado. Estas concepções são invioláveis e são elas que fazem com que se continue a tentar desenhar cidade, nos modos que hoje se verifica, apesar de: *“the contemporary transformation of the city displays a profound redrawing of the contours of public and private space, bringing to the fore an equally treacherous and fertile ground of conditions that are not merely hybrid, but rather defy an easy description in these terms”*³¹. Talvez por isto seja tão complexa a discussão sobre espaço público e espaço privado e as heterotopias. Existem espaços interiores que são uma continuação do espaço público exterior – usando como exemplo a igreja que é uma instituição com um espaço partilhado e de uso colectivo – que não é um espaço público nem privado, mas sim uma heterotopia. Para além disto, pressupõe, e aqui segundo as definições de Foucault, uma delimitação que exclui o espaço

³⁰ Considerando a cerca conventual como segregadora, seja em termos da matéria, da vivência ou do tempo.

³¹ De Cauter, L; Dehaene, M. (2008) *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society*, Routledge - Taylor & Francis Group, London e New York. Pág. 3.

público mas que se abre ao domínio público. Esta situação aplica-se ao caso do 'lugar' HMB, pois verifica-se esta abertura ao domínio público, mas com uma delimitação de um 'outro' espaço. Será que no caso do HMB, a abertura à cidade e ao espaço público poderá significar a sua 'morte' enquanto heterotopia? Ou, por outro lado, trará outras valências à cidade?

1.1.5. Função

Como foi visto anteriormente, o lugar HMB, tem diversas funções. Seja como equipamento que sempre albergou comunidades gregárias, seja a sua função ecológica. Um dos pontos a aprofundar, no âmbito deste estudo para plano pormenor, é a sua classificação de espaço urbano no PDM, visto esta ser definidora da sua função no tecido urbano de Lisboa. Actualmente, no PDM em vigor, este lugar insere-se numa classificação de Área de Equipamentos e Serviços Públicos³²; aquando da revisão deste mesmo PDM, que ainda se encontra em elaboração, pode-se verificar que a sua classificação é de Espaço Consolidado – Uso Especial Equipamento³³. A proposta que chega com este plano pormenor é da transição daquele espaço consolidado e com uma função bem definida para Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva e Habitacional³⁴, que no fundo são as áreas que o envolve. Esta alteração de uso/função leva a uma transformação da identidade deste lugar. Transforma-o no espaço que envolve, visto trazer para aquele mesmo 'lugar' a classificação do espaço urbano envolvente (Fig.4)³⁵. Tornando tudo no mesmo espaço à luz da classificação do PDM e da legislação que os condiciona. À discussão deixa de ser tão essencial se é um espaço público ou privado, mas, antes, a sua função ou uso na sociedade, que serão mais definidoras do HMB como heterotopia.

Analisando o Plano Verde de Lisboa ao nível dos objectivos da Estrutura Verde, este, deixa claras propostas específicas para esta área. Inserido na Unidade de Paisagem Vale da Av. Da Liberdade, destaca a importância dos espaços verdes no coroamento das colinas, propõe a ligação entre jardins e a recuperação de logradouros da encosta do Campo Santana com a Av. da Liberdade e a poente essa mesma ligação através do Jardim Botânico ou de S. Pedro de Alcântara. O sistema contínuo da Av. da Liberdade deverá articular-se transversalmente com a estrutura descontínua das encostas, acelerando as brisas de encosta, favorecendo o saneamento atmosférico da Av. da Liberdade, que é das zonas mais poluídas da cidade. O HMB encontra-se na cumeada desta estrutura, sendo a sua função ecológica fundamental ao funcionamento deste sistema, através da infiltração das águas e depuração e arrefecimento da temperatura do ar, como anteriormente referido.

³² Secção VII – das Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos, Regulamento do PDM em vigor, em anexo.

³³ Subsecção II Espaços Consolidados – Divisão IV Espaços de Uso Especial Equipamentos, PDM em revisão, em anexo.

³⁴ Subsecção II Espaços Consolidados – Divisão I Espaços Centrais e Residenciais, PDM em revisão, em anexo.

³⁵ **Figura 4.** Planta de Classificação de Espaço Urbano, em anexo.

Uma heterotopia tem uma função específica na sociedade que difere dos espaços culturais tradicionais. Utilizando o exemplo do cemitério, que Michel Foucault vai buscar para demonstrar este princípio: o cemitério é uma ‘outra’ cidade, a cidade dos mortos, assim como o HMB enquanto convento, ou colégio militar, ou o próprio hospital, é uma outra cidade cultural que difere dos espaços tradicionais que o envolvem.

Esta alteração do uso actual gregário para uma Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva e Habitacional, acaba por converter o HMB em apenas num conjunto urbano, onde realmente se podem justapor realidades, o tempo pode parar, mas deixa de existir uma partilha comunitária. Passa a ser um somatório de ‘vidas individualizadas’ mas irá perder a sua identidade como um todo, na relação com a realidade envolvente; mas não será inevitável na sociedade cada vez mais individualizada em que vivemos hoje?

Por um aumento do índice de construção, inerente à alteração de uso, será negligenciada a sua função ecológica. Segundo o Plano Verde de Lisboa, e assumindo o HMB como um ‘espaço aberto’ devido ao alto nível de permeabilidade do solo que mantém na actualidade, e consequentemente a todas as valências ecológicas acima referidas, este deverá cumprir o seu papel estruturante no tecido urbano de Lisboa: *“Os espaços abertos que se enquadram no meio urbano estabelecem entre si relações que são interligadas, embora estas apresentem carácter distinto de acordo com a escala considerada do tecido e as características morfológicas e tipológicas do mesmo. Quer inseridos na estrutura edificada descontínua, quer na estrutura edificada contínua, devem ser igualmente considerados, assumindo um papel estrutural determinante quer ao nível dos Sistemas Naturais e Unidades de Paisagem, quer ao nível dos Conjuntos com Identidade Urbana.”*³⁶

1.1.6. Contra-Espaço

*“...muitos outros exemplos existem em Lisboa, da coincidência entre linhas de referência do relevo com linhas estruturantes do tecido urbano, e é precisamente essa dualidade que as sublinha e as torna mais claras, ajudando-nos a destacar espaços urbanos de carácter distinto.” Plano Verde de Lisboa*³⁷

³⁶ Telles, G. Ribeiro; Magalhães, M. R.; Alfaiate, M. T., (1997) *Plano Verde do Concelho de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa. Pág.82.

³⁷ Telles, G. Ribeiro; Magalhães, M. R.; Alfaiate, M. T., (1997) *Plano Verde do Concelho de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa. Pág.79.

Existem em meio urbano situações de transição, às quais muitas vezes não se lhe é possível atribuir um carácter particular, que estabelecem a fronteira entre conjuntos urbanos de identidade claramente definida. Esta diferenciação apoia-se, primeiramente, nas características do relevo que condiciona fortemente a ocupação urbana de Lisboa. Da coincidência entre linhas de referência do relevo com linhas estruturantes do tecido urbano, surgem exemplos que sublinham essa dualidade de espaços distintos. Como um dos exemplos, podemos tomar o facto do limite entre a Zona Peneplanáltica Interior e a Colinar Voltada ao Tejo ser praticamente coincidente com a Estrada de Circunvalação da Cidade de 1852, que ainda hoje permanece intacta, à excepção do troço das Avenidas Novas que a ela se sobrepõe. O HMB é apanhado exactamente neste género de enclave urbano. É uma quebra repentina e evidente nesta zona da cidade, tornando-se numa situação de descontinuidade urbana que interrompe a aparente continuidade e normalidade do tecido da cidade.

Em termos da consistência do tecido urbano o lugar HMB insere-se nas Áreas Históricas Urbanas pelo seu valor patrimonial histórico e cultural. Mas como esta análise deve ser feita de acordo com o espaço envolvente em que se insere, o Plano Verde de Lisboa, considera que existem conjuntos urbanos que por serem 'ilhas' no seio de um tecido urbano, se revelam desarticulados das áreas que os circundam. Deverão, por esse facto, ser classificados como conjuntos urbanos Para-Consistentes. No caso específico do HMB, este é o traço fulcral de lugar heterotópico. Ele existe como heterotopia nessa relação com o espaço que o envolve. E ora poderá ter um papel de criação de um espaço ilusório que expõe o real ou a de criação de um espaço 'outro' que compensa a envolvente - ambos 'contra-espacos'.

Assim sendo, poderá ser considerado uma 'ilha' completamente desarticulada do tecido relativamente consistente em que se insere. Uma ilha que é a intersecção entre duas axialidades³⁸ que podem definir esta heterotopia como um espelho. Primeiro a concepção de Foucault de heterotopia como o antípoda da utopia leva-nos a uma axialidade do real/imaginário e no qual se revêem os conceitos de utopia/heterotopia; em segundo a ideia de um outro espaço formal ou lugar comum, que nos indica uma axialidade entre lugares, normal/outro, onde revemos as ideias de topos/heterotopos. Esta segunda axialidade, definidora de uma *Heterotopia of Compensation*, parece-me servir mais o propósito do HMB na sua função de contra-espaco no tecido urbano de Lisboa. A ideia de um espaço de compensação, que permite um maior equilíbrio a níveis ecológicos e sociais.

Por outro lado, atendendo-se à definição de arte (e aqui fazendo a ponte entre arte e a arquitectura) de Jorge Luís Borges, em que *"el arte debe ser como esse espejo que nos revela nuestra própria cara"* podemos considerar que, de um certo modo, o HMB poderá ter esse papel. Como hospital

³⁸ Referidos através das definições de **De Cauter, L; Dehaene, M.** (2008) *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society*, Routledge - Taylor & Francis Group, London e New York. Pág.25.

psiquiátrico que é, e por concentrar no seu âmago realidades alienadas. Por outro lado, não vivemos todos realidades alienadas? Porque existe a necessidade de ‘empurrar’ para fora da cidade estes espaços que são reflexo desta mesma realidade que vivemos. É essa uma das funções do espaço heterotópico, *“a sort of counter-emplacements, a sort of effectively realized utopias in which the real emplacements, all the other real emplacements that can be found within culture, are simultaneously represented, contested and inverted”*.³⁹

2. O URBANISMO E A HETEROTOPIA HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA

“O que se passa hoje, efectivamente, com a noção de limite e como conceber os espaços quando se esbatem as distinções entre a cidade e campo, o público e o privado, entre interior e o exterior? O que se passa com as noções de distância, de continuidade, de densidade, de diversidade e de mistura, quando as velocidades de deslocação e bens, da informação e das pessoas aumentam de forma considerável? Que se passa com os equipamentos colectivos e os serviços urbanos numa sociedade com práticas e com necessidades cada vez mais variadas e individualizadas? Como decidir e agir para o bem da colectividade numa sociedade em mudanças e diversificada?” François Ascher⁴⁰

Ao longo dos últimos séculos o debate urbanístico manteve-se bastante aceso, transitando entre concepções base como as dos modelos progressistas – que se apresentam como modelos ‘limitadores e repressivos’, devido à sua rigidez imposta por um quadro espacial pré-determinado⁴¹; ou as dos modelos culturalistas – associados a uma visão mais orgânica da cidade, mas de origem nostálgica⁴². Após as ‘pseudodesordens’⁴³ da cidade industrial, esta discussão situou-se na dimensão da utopia⁴⁴, tendo como objecto de reflexão um tempo passado e um tempo futuro, e originando modelos de cidade futura.

³⁹ Foucault, M. (1984) *“Des espaces autres. Une conférence inédite de Michel Foucault”* – texto online.

⁴⁰ Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Livros Horizonte. Pág.78.

⁴¹ Desenvolve-se através da concepção do indivíduo como *tipo*, e conseqüentemente de uma ordem-tipo, possível de aplicação a qualquer agrupamento urbano – desenvolvimento de modelos de habitação tipo, como ‘falanstério’ de Fourier.

⁴² O seu ponto de partida deixa de ser o do indivíduo-tipo, e passa a focar a sua atenção no ‘agrupamento’ humano. Cada indivíduo é considerado insubstituível na comunidade.

⁴³ Conceito emprestado da reflexão desta época por parte Choay, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* – 6ªEd., Perspectiva, São Paulo.

⁴⁴ Num contexto da definição de utopia por parte de J. Cortesão, ‘A utopia na cidade, é entendida como uma motivação que direcciona a construção da cidade no sentido de uma determinada concepção de perfeição urbana e / ou social, constituindo-se como um pensamento, um processo (e não tanto um resultado) onde a criatividade, a imaginação, a fantasia e a extrapolação da realidade se cruzam com o belo, o sensível e o estético para enriquecer de humanidade todas as questões técnico-científicas de progresso da sociedade e, portanto, da cidade.’, in *Utopia na Cidade*, E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, nº7 (2007). ISSN 1645-958X.

*“O que é expressão de desordem chama sua antítese, a ordem.”*⁴⁵ Depois de se ter classificado como desordem a ordem urbana existente foram feitos esforços para lhe opor ordens ideais, modelos, que são, projecções racionalizadas de imaginários colectivos e individuais. Pelo seu carácter simultaneamente racional e utópico, esses modelos revelaram-se poderosos instrumentos de acção e exerceram uma forte influência nas estruturas urbanas estabelecidas, contribuindo para definir e ordenar determinadas normas urbanas de base. Mas essas projecções quando postas em prática dão origem a situações como a que verificamos na transição de traçados urbanos do século XIX, para o início do século XX, na cidade de Lisboa (Fig.7)⁴⁶. A imposição da projecção racionalizada levada a cabo através do plano das Avenidas Novas, de cânone cartesiano, cria, em determinados pontos, uma desconexão no tecido urbano e na sua relação com morfologia da cidade.⁴⁷ É a expressão de uma utopia onde a técnica foi sobrevalorizada em detrimento de outros factores, descaracterizando a morfologia da cidade de Lisboa, mas ao mesmo tempo atribuindo-lhe um novo carácter: *“A cidade constrói-se pois por sedimentação, por substituição, por apagamentos parciais, por destruições incompletas.”*⁴⁸

O Hospital Miguel Bombarda hoje, é a expressão de desordem, em antítese pela ordem imposta por estes dois traçados. Mas, em tempos, foi este mesmo ponto que definiu os traçados da cidade: pois, eram os conventos que orientavam a expansão urbanística na sua direcção, acentuando os eixos viários que permitiam sustentar as novas malhas construídas. Hoje é um ‘outro’ espaço, isolado e segregado na malha urbana, antítese da cidade que o circunda. Uma heterotopia, que ‘sobreviveu’ a estas formas de urbanismo dominadas pelo imaginário.

Hoje em dia, qualquer projecto de planeamento é subordinado a uma investigação apoiada na realidade, que em vez de responder às funções de um ‘homem teórico’, integra a necessidade do ‘homem real’ situado aqui e agora; abdicando de uma visão nostálgica culturalista ou apenas progressista. *“É preciso, portanto, acabar com uma representação nostálgica da cidade europeia que considera que todo o urbano deve ser denso e contínuo. É certo que a continuidade espacial e a densidade têm o seu interesse e charme. Podem também ser vantajosas do ponto de vista ecológico. Mas as cidades são igualmente feitas de espaços completamente diferentes. Esta cidade do século XXI não pode ser senão diversidade e portanto compromisso entre as procuras e práticas variadas de que ela é*

⁴⁵ Choay, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia – 6ªEd.*, Perspectiva, São Paulo. Pág. 7.

⁴⁶ **Figura 7.** Planta dos Traçados Urbanos de Lisboa – fronteira entre o Tecido Urbano Antigo até ao séc. XIX e o Tecido Moderno do início do séc. XX, em anexo.

⁴⁷ Após a intervenção na Avenida da Liberdade, a abertura da Rua Fontes Pereira de Melo levou a expansão da cidade desde o Parque Eduardo VII até ao Campo Grande, passando pela Avenida da República (antiga Av. Ressano Garcia) e toda a planificação das ruas adjacentes, paralelas e perpendiculares num desenvolvimento ortogonal. Nasceram As ‘Avenidas Novas’ fruto do plano de Frederico Ressano Garcia, engenheiro do município.

⁴⁸ Pierre Pinon e Dominique Henry – *Lire et composer l’espace urbain*: Citação de abertura da Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Desenho Urbano - *Factores Estruturantes da Colina de Sant’Ana, em Lisboa, séculos XIV a XVII*, Arqª Ana Maria Salta, ISCTE, Lisboa 2001.

objecto. O urbanismo não pode, assim, ser uniforme. Contudo, deve ser voluntário, porque as dinâmicas sociais têm tendência a produzir espontaneamente caos e injustiça."⁴⁹. É esta concepção de um 'novo urbanismo'⁵⁰ que poderá defender a ideia de heterotopia como elemento de consciencialização da realidade citadina de hoje. A heterotopia passa a ter esse papel de lugar diferente que alimenta a diversidade urbana, e podendo ser ao mesmo tempo funcional em termos ecológicos.

Segundo Costa Lobo, "*o zonamento urbanístico é a forma clássica de segregações de funções no tecido urbano*"⁵¹, mas à medida que a cidade vai evoluindo tende-se naturalmente para uma miscegenação devido à pressão e influência que uma determinada zona exerce sobre a outra (Fig.8).⁵² Tendo em conta a adaptação a novas circunstâncias de desenvolvimento daquela zona da cidade e do próprio equipamento, impõe-se uma alteração de uso da heterotopia HMB. Vê-se necessária a sua reconversão e revitalização, de modo a que aquele tecido urbano seja plenamente usufruído, evitando a sua decadência e abandono.

Para isso é necessário que essa reconversão tenha presente um sentido profundo de urbanidade e o papel daquele lugar como heterotopia na cidade de Lisboa. É necessário, que esse tecido se mantenha vitalizado no tempo, suportando, sem perda de valor, o natural desenvolvimento e evolução da cidade de Lisboa. Não pode, como foi referido anteriormente, fixar-se num modelo formal, rígido e estático, que não tenha capacidade de se adaptar situações futuras; de modo a acabar-se com a 'representação nostálgica da cidade urbana', e procurando ser compromisso entre as procuras e as praticas variadas de que a cidade é objecto. Dentro da concepção deste 'novo urbanismo', antes de uma alteração abrupta de uso, poder-se-ia passar por um processo heurístico de avaliações sucessivas e propostas provisórias. Em vez de se exigir aos técnicos a elaboração de mais uma utopia - baseada em 'postulados do caos criativo' e em 'ideologias simplistas do predomínio do mercado' -, que poderá ser corrosiva ao tecido urbano que ali permanece ao longo de séculos; não se deverá

⁴⁹ Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Livros Horizonte. Pág.107.

⁵⁰ Segundo François Ascher: o método do urbanismo moderno passa pela definição de um programa a longo prazo determinando princípios de organização espacial (no caso de Lisboa o PDM) seguido do desenvolvimento de planos urbanísticos, que fazem entrar num quadro pré-definido, realidades futuras que reduzem incertezas. A definição deste neo-urbanismo, no mundo ocidental, passa por: 1. Não se trata tanto de fazer planos, mas organizar os dispositivos que os elaboram, os discutem, os fazem evoluir. 2. A análise já não precede a regra nem o projecto, mas está presente permanentemente, onde o conhecimento e informação são mobilizados antes, durante e depois. 3. Pretende-se um urbanismo de precaução, que dá lugar a controvérsias e que procura os meios para ter em consideração as externalidades e as exigências do desenvolvimento sustentável. 4. A concepção e a realização dos projectos resultam da intervenção de uma multiplicidade de actores com lógicas diferentes e da combinação das suas lógicas. 5. Procura-se um urbanismo reactivo, flexível, em sintonia com as dinâmicas da sociedade. 6. Um urbanismo multivariado, composto por elementos híbridos, de soluções múltiplas, de redundâncias, de diferenças. 7. Um urbanismo estilisticamente aberto, que emancipa o desenho urbano de ideologias urbanísticas e político-culturais. 8. Um urbanismo multissensorial, que enriquece a urbanidade do lugar.

⁵¹ Lobo, M. L. da Costa (1969) *Da Esquematização à Realidade nos Planeamentos Urbanísticos - A vitalização e Equilíbrio Dinâmico dos Tecidos Urbanos Complexos*, Revista Municipal, Ano XXX - Números 122/123 - 3º e 4º Trimestres, CML, Lisboa. Pág. 33.

⁵² **Figura 8.** Crescente Miscegenação de Tecidos desde a sua total Segregação até à sua Uniformização – segundo Costa Lobo, em anexo.

antes projectar no presente, trabalhando de um modo mais orgânico com a evolução da cidade? Tentar ligar aquele lugar a um sistema semiológico global, que seja simultaneamente aberto e unificador, definir sistemas de relações, criar estruturas flexíveis, e uma pré-sintaxe aberta a significados ainda não constituídos. Não será esse o papel do conceito de heterotopia: uma consciencialização da existência de espaços ‘outros’, que não são nem públicos nem privados, mas que respondem às novas procuras de ‘lugar’ na sociedade do século XXI; adaptados às novas condições de vida, conservando o seu valor semiológico com a convivência dos seus habitantes, em vez da construção de ‘cidades-miragem’⁵³, que em última análise levarão a um destino surrealista⁵⁴, à soma de utopias realizadas?

III. CONCLUSÃO

“Ninguém hoje sabe qual será a cidade de amanhã. Talvez ela perca uma parte da riqueza semântica que possuiu no passado. Talvez o seu papel criador e formador seja assumido por outros sistemas de comunicação. Talvez assistamos à proliferação, por todo o planeta, de aglomerados urbanos, indefinidamente extensos, que farão o conceito de cidade perder todo o significado” Françoise Choay⁵⁵

É relativamente fácil de compreender e perceber a definição do HMB como heterotopia e ao mesmo tempo a necessidade de uma revitalização.

Pode-se concluir que o HMB, por todas as suas características e valências, postas em evidência nesta reflexão, tem, em si, heterotopias diferentes. Tem origem, como lugar, numa *Heterotopia of Crisis*, tornando-se posteriormente na extensão desta, que é o de lugar de ‘*deviation*’. Ao mesmo tempo, podemos considerá-lo uma *Heterotopia of Compensation*, devido às suas essenciais funções ecológicas, e por transpor para si uma ideia de ‘desorganização espacial’ - numa cidade que ao longo do seu crescimento, foi criando ‘utopias’ ou modelos que sobrevalorizaram modelos, onde a morfologia da cidade de Lisboa se descaracterizou, bem como o seu sistema biofísico e paisagístico.

Por este mesmo motivo, podemos também caracterizá-lo como uma *Heterotopia of Illusion*, pois é o lugar HMB, que por se ter mantido associado a estes sistemas, cria um espaço de ilusão, que espelha essas ‘não existências’ na cidade que o envolve. É o HMB que expõe essas realidades por ser o seu inverso. Expõe a existência de ruas, quando no seu cerne elas praticamente não existem. Expõe a não

⁵³ Conceito emprestado de Choay, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* – 6ªEd., Perspectiva, São Paulo.

⁵⁴ O surrealismo enfatiza o papel do inconsciente na actividade criativa, libertando-se das exigências da lógica e da razão, tendo como objectivo último ir além da consciência do quotidiano.

⁵⁵ Choay, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia* – 6ªEd., Perspectiva, São Paulo. Pág. 55.

existência de características cultivares, quando no seu âmago ainda persistem algumas. Mantém presente a distinção de 'lugar de campo' e de 'lugar de cidade', quando estas se esbatem cada vez mais, preservando o campo na cidade. É ele que expõe a uma noção de comunidade gregária quando na envolvente se vive uma realidade cada vez mais individualizada.

Por transpor para aquele lugar todas estas heterotopias, torna-se também uma *Heterotopia of Permanence* onde existe uma perpetuação e acumulação de tempo. É um lugar que permanece no tempo, praticamente intacto, à espera de ser revitalizado e apropriado pela cidade. A meu ver, esta apropriação e revitalização deveria ter em conta, a manutenção destas valências. São estes valores, que permitirão a adaptação daquele 'lugar outro' à cidade do século XXI. Que este se adapte às transformações da forma da cidade, de um modo mais orgânico e com a cidade, anulando o afastamento que existe hoje em dia, entre um tempo de vivência do lugar e o tempo de construção deste mesmo lugar. Não basta tentar manter vivas estas memórias/valências, mas integrá-las na sociedade de hoje; Num século XXI, em que a forma da cidade se encontra em profunda transformação. Procurando deixar 'espaço' a novas concepções de cidade, que ainda estão para vir, e não inviabilizando-as, numa intervenção utópica, de cidade de futuro, mas da qual cada vez menos temos noção do que será.

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ascher**, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*, Livros Horizonte.
- Augé**, M. (2005). *Não-Lugares – Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, 90 Graus Editora.
- Choay**, F. (2005). *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia – 6ªEd.*, Perspectiva, São Paulo.
- Correia**, P. (2002) *Políticas de Solos no Planeamento Municipal*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Cortesão**, P. (2007) *A Utopia na Cidade*, E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia, nº7, ISSN 1645-958X.
- De Cauter**, L; **Dehaene**, M. (2008) *Heterotopia and the city: public space in a postcivil society*, Routledge - Taylor & Francis Group, London e New York.
- Fernandes**, J.M. (2005) *7 Anos de Lisboa. 1997-2004 (Arquitectura, Património, Urbanismo, Polémicas)*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Foucault**, M. (1984) “*Des espaces autres. Une conférence inédite de Michel Foucault*” – texto online, tradução para inglês por Jay Miskowiec.
- França**, J.A. (2005) *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Livros Horizonte, Lisboa.
- Lobo**, M. L. da Costa (1969) *Da Esquematização à Realidade nos Planeamentos Urbanísticos – A vitalização e Equilíbrio Dinâmico dos Tecidos Urbanos Complexos*, Revista Municipal, Ano XXX – Números 122/123 – 3º e 4º Trimemestres, CML, Lisboa.
- Magalhães**, M. R. (1992). *Espaços Verde Urbanos*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território – Direcção Geral do Ordenamento do Território, Lisboa
- Magalhães**, M. R., (2001), *A Arquitectura Paisagista - morfologia e complexidade*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Portas**, N.(2005), *Os Tempos das Formas, volume I: A Cidade Feita e Refeita*, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho (DAAUM), Guimarães
- Salta**, A.M.(2001), *Factores Estruturantes da Colina de Sant’Ana em Lisboa, séculos XIV a XVII* – Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Desenho Urbano, ISCTE, Lisboa.
- Telles**, G. Ribeiro; **Magalhães**, M. R.; **Alfaiate**, M. T., (1997) *Plano Verde do Concelho de Lisboa*, Edições Colibri, Lisboa.

Sites consultados:

Câmara Municipal de Lisboa:

<http://pdm.cm-lisboa.pt/>

Direcção Geral de Arquivos:

<http://digitalq.dgarq.gov.pt/?ID=4379835>

Google Livros:

http://books.google.pt/books?id=iqQyf4KxQfkC&printsec=frontcover&dq=Lieven+De+Cauter&source=bl&ots= RRTx4nw1W&sig=AVFHaUGdvTe4BlO3jvFEURh9 lM&hl=pt-PT&ei=uIJZTMrFIKWL4ga3p 2ZDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=10&ved=0CEEQ6AEwCQ#v=onepage&q&f=true

Michel Foucault:

<http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.en.html>

E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre Utopia:

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>

Legislação:

Decreto-Lei **nº. 380/99** de 22 de Setembro com as alterações previstas no Decreto-lei **nº.**

310/2003 e no Decreto-Lei **nº. 316/2007** de 19 de Setembro

V. ANEXOS

1. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

1.1. Ficha de Classificação e Condicionantes PDM - em vigor:

Hospital Miguel Bombarda

SAGESTAMO

Área Total de Intervenção (m ²):	44.849,00
Área Total do Terreno (m ²):*	42.146,67
*Valor a ser confirmado através da respectiva Caderneta Predial	

Classificação PDM e Condicionantes

Categorias PDM

Área de Equipamentos e Serviços Públicos	44.849,00	m ²
--	-----------	----------------

Condicionantes

Componentes Ambientais e Urbanas I

Sistema Humido

Sistema de Corredores

Componentes Ambientais e Urbanas II

Núcleo de Interesse Histórico

Vales e Frente Ribeirinha

Inventário Municipal do Património

Pavilhão Circular do Hospital Miguel Bombarda

Edifício Principal do Hospital Miguel Bombarda

Nível de Intervenção Arqueológico 2

Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa. Superfície Cônica de Transição

Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Sujeito a parecer da ANA, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m no limite superior, variando em 5% até atingir os 245m no limite inferior.

Zona de Protecção de Instalações Militares.

UOPG

Parcialmente abrangido pela UOP 2, das Áreas Históricas Centrais, para a qual não existe um plano de nível inferior ao PDM aprovado.

IGESPAR

Balneário e Pavilhão de Segurança -8ª Enfermaria do Hospital Miguel Bombarda / Convento de Rilhafoles (antigo) e respectiva Zona Especial de Protecção.

Parâmetros Urbanísticos da Área de Equipamentos e Serviços Públicos

IUL máximo:	0,6
-------------	-----

Aplicáveis à totalidade da Área de Equipamentos e Serviços Públicos (m²):

Área total da Categoria de Espaço Urbano	49.321,86
Número de Pisos Máximo	Não definido
Área Verde ou Permeável necessária	30% dos logradouros

1.2. Ficha de Classificação e Condicionantes PDM - em revisão:

Hospital Miguel Bombarda

SAGESTAMO

Área Total de Intervenção (m²):

44.849,00

Área Total do Terreno (m²):*

42.146,67

*Valor a ser confirmado através da respectiva Caderneta Predial

Classificação PDM (revisão) e Condicionantes

Categorias PDM

Espaço Consolidado – Uso especial: Equipamentos

m²

Condicionantes

Riscos Naturais

Susceptibilidade de ocorrência de movimentos de vertentes MODERADA

Proximidade a vulnerabilidade às inundações MODERADA

Vulnerabilidade sísmica dos solos ALTA

Património Edificado e Paisagístico

Imóvel e área de enquadramento paisagístico

Património Arqueológico e Geológico

Nível de Intervenção Arqueológico 3

Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Sujeito a parecer da ANA, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m no limite

Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa. Superfície Cônica de Transição

Zona de Protecção de Instalações Militares.

UOPG

IGESPAR

Balneário e Pavilhão de Segurança -8ª Enfermaria do Hospital Miguel Bombarda / Convento de Rilhafoles (antigo) e respectiva Zona Especial de Protecção.

Parâmetros Urbanísticos da Área de Equipamentos e Serviços Públicos

IUL máximo:

Aplicáveis à totalidade da Área de Equipamentos e Serviços Públicos (m²):

Área total da Categoria de Espaço Urbano

49.321,86

Número de Pisos Máximo

Área Verde ou Permeável necessária

1.3. Ficha de Classificação e Condicionantes PDM - proposta:

Hospital Miguel Bombarda

SAGESTAMO

Área Total de Intervenção (m²):

44.849,00

Área Total do Terreno (m²):*

42.146,67

*Valor a ser confirmado através da respectiva Caderneta Predial

Classificação PDM (proposta) e Condicionantes

Categorias PDM

Área Consolidada de Edifícios de Utilização Colectiva e Habitacional

m²

Condicionantes

Riscos Naturais

Susceptibilidade de ocorrência de movimentos de vertentes MODERADA

Proximidade a vulnerabilidade às inundações MODERADA

Vulnerabilidade sísmica dos solos ALTA

Património Edificado e Paisagístico

Imóvel e área de enquadramento paisagístico

Património Arqueológico e Geológico

Nível de Intervenção Arqueológico 3

Outras Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Sujeito a parecer da ANA, se cota máxima absoluta de construção for igual ou superior a 145m no limite

Zona de Intervenção do Aeroporto de Lisboa. Superfície Cônica de Transição

Zona de Protecção de Instalações Militares.

UOPG

IGESPAR

Balneário e Pavilhão de Segurança -8ª Enfermaria do Hospital Miguel Bombarda / Convento de Rilhafões (antigo) e respectiva Zona Especial de Protecção.

Parâmetros Urbanísticos da Área de Equipamentos e Serviços Públicos

IUL máximo:

Aplicáveis à totalidade da Área de Equipamentos e Serviços Públicos (m²):

Área total da Categoria de Espaço Urbano

49.321,86

Número de Pisos Máximo

Área Verde ou Permeável necessária

1.4. SECÇÃO VII DAS ÁREAS DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – PDM em vigor

ARTIGO 87º (Âmbito e Objectivo)

1. As Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos delimitadas, na Planta de Classificação do Espaço Urbano, destinam-se predominantemente a Equipamentos Colectivos e Serviços da Administração Pública e são as seguintes:

- a) Áreas de equipamentos colectivos existentes e áreas destinadas a novos equipamentos, de nível supra-municipal ou de Serviços Públicos ao conjunto da cidade, que, individualmente ou em conjunto, tenham uma superfície de terreno superior a 1 ha.
- b) Áreas destinadas a equipamentos locais que ocupam isoladamente ou em conjunto áreas superiores a 1 ha.

2. As áreas de equipamentos e Serviços Públicos de dimensão inferior a 1 ha devem ser definidas nos planos de Urbanização e de pormenor e nos Projectos de Loteamento.

ARTIGO 88º (Planos e Projectos)

1. A ocupação das Áreas de Equipamentos e Serviços Públicos deve ser objecto de Plano de Pormenor ou de Projecto Urbano sujeitas às seguintes condições:

- a) Podem incluir outros usos, desde que estes não ocupem mais de 20% da área delimitada na Planta Síntese;
- b) 30% da superfície total do terreno deve ser destinado a áreas verdes ou áreas permeáveis;
- c) IUL máximo: 0,6;
- d) O disposto no Capítulo III do presente Título referente a Rede Viária, Estacionamento e Garagens.

2. Quando a superfície de pavimento já construída ultrapassar os índices definidos no número anterior, a Câmara Municipal pode autorizar a realização de obras de construção nova ou de reconstrução desde que:

- a) A superfície total de construção no lote não ultrapasse em 10% a superfície de pavimento existente;
- b) Seja cumprido o disposto no Capítulo III do presente título referente a Rede Viária, Estacionamento e Garagens;
- c) Não seja aumentada a superfície impermeabilizada do lote.

3. O Projecto referido no número um deve ser instruído com as peças constantes do Anexo 3.

4. Quando uma Área de Equipamento e Serviços Públicos, delimitada na Planta, incida exclusivamente sobre um terreno que constitua propriedade de uma única entidade ou de várias

em regime de compropriedade é prescindível a elaboração de Plano de Pormenor ou de Projecto Urbano, sendo-lhe aplicável as regras constantes do número 1.

ARTIGO 89º (Alterações e Ampliações)

1. Nestas Áreas, as obras de alteração e de ampliação destinadas a Equipamentos e Serviços Públicos ficam sujeitas às seguintes regras:

- a) As obras de ampliação não podem ultrapassar 10% da superfície de pavimento existente, salvo o disposto na alínea seguinte;
- b) As obras de ampliação que ultrapassem a superfície definida na alínea anterior têm de ser precedidas de projecto que se conforme com o disposto no artigo anterior e que abranja todo o conjunto da parcela ocupada pelos edifícios que constituem o Equipamento ou Serviço.

2. Nos casos em que estas áreas integrem a Estrutura Verde da Cidade, é aplicável o disposto no artigo 19º.

1.5. SUBSECÇÃO II – ESPAÇOS CONSOLIDADOS - PDM em revisão

ARTIGO 40º

Âmbito, objectivos e execução

1. Os espaços consolidados integram o tecido urbano infra-estruturado e predominantemente ocupado que se pretende preservar e valorizar, no que respeita às morfologias e tipologias urbanas, ao património edificado e aos elementos de caracterização e valorização ambiental, tendo em consideração o tipo de traçado e os princípios orientadores constantes do artigo anterior.

2. Em espaço consolidado, a execução do plano processa-se através de operações urbanísticas, apropriadas à natureza e dimensão da intervenção e ao grau de dependência em relação à ocupação envolvente, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3. Quando a Câmara Municipal entenda que as intervenções devam ser suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem a reestruturação fundiária ou a abertura de novos arruamentos ou a reserva de espaços para áreas verdes e de equipamentos colectivos ou exigirem o estabelecimento de mecanismos de perequação para a redistribuição de encargos e benefícios entre os proprietários envolvidos, a execução proposta no número anterior pode processar-se no âmbito de unidades de execução delimitadas pela Câmara Municipal nos termos da lei.

4. A delimitação das unidades de execução previstas no número anterior deve abranger áreas

que constituam um perímetro com características de unidade e autonomia urbanísticas e que possam cumprir os requisitos legais exigíveis, nomeadamente assegurando as áreas a afectar a espaços públicos ou equipamentos previstos e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

ARTIGO 41º

Traçados urbanos

1. Os traçados urbanos, cartografados na Planta de qualificação do espaço urbano, compreendem os espaços centrais e residenciais onde, pela singularidade dos respectivos traçados e características de ocupação urbana, devem ser preservadas as características morfológicas, ambientais e paisagísticas e elementos mais relevantes, no sentido da sua qualificação.

2. Identificam-se os seguintes traçados:

- a) Traçados urbanos A – correspondem a traçados orgânicos e regulares, que abrangem essencialmente as áreas históricas da cidade até ao século XVIII. Os traçados orgânicos caracterizam-se por um traçado de carácter espontâneo adequado às condições e topografia do terreno com ruas estreitas e sinuosas; os traçados regulares caracterizam-se pela implementação de quarteirões rectangulares que sofrem torções pela adaptação da sua implantação à topografia e preexistências;
- b) Traçados urbanos B – correspondem aos traçados em quarteirão, abrangem partes da cidade edificada em várias épocas, desde o século XVIII até hoje. Caracterizam-se maioritariamente pela aplicação de planos ortogonais perfeitos, sobre os quais resultam ruas direitas e perpendiculares entre si, sofrendo alterações ao nível da implantação pela adaptação ao terreno ou a pré-existências;
- c) Traçados urbanos C – correspondem aos traçados de implantação livre, abrangem tecidos urbanos edificados desde a segunda metade do século XX, que se caracterizam essencialmente pela implantação de edifícios isolados, em forma de banda ou torre, e de grandes áreas livres que circundam as edificações, nos exemplos mais marcantes;
- d) Traçados urbanos D – correspondem aos traçados de moradias, abrangem tecidos urbanos essencialmente construídos na primeira metade do século XX, que se caracterizam pela implantação de edifícios destinados maioritariamente a habitação unifamiliar. Estes traçados diferem, ao nível da implantação das edificações, por serem de moradas isoladas, agrupadas em banda ou geminadas.

DIVISÃO I

Espaços centrais e residenciais

ARTIGO 42º

Âmbito, objectivos e usos

1. Nos espaços consolidados centrais e residenciais privilegia-se a conservação e reabilitação do edificado existente, a colmatação e compactação da malha urbana, a compatibilização dos usos, a criação de equipamentos e a qualificação do espaço público, de forma a promover a sua revitalização funcional e social.
2. O regime aplicável às operações urbanísticas nestes espaços varia em função dos traçados urbanos definidos no artigo anterior.
3. Nos espaços centrais e residenciais pretende-se a coexistência entre os vários usos urbanos, sem prejuízo da aferição de compatibilidades dos impactes gerados, nomeadamente ao nível do ruído, vibrações, gases, efluentes e tráfego.
4. Admitem-se os usos de habitação, terciário, turismo, equipamento, indústria compatível e micro-logística, nos termos definidos no artigo 4º do presente Regulamento.
5. Nos espaços centrais e residenciais todas as mudanças de uso são admitidas, com excepção da mudança de habitação para um dos restantes usos, a qual só é possível nos seguintes casos:
 - a) Quando abranja a totalidade das fracções habitacionais existentes;
 - b) Quando, pelo menos, 1/3 das fracções habitacionais originais já se encontrem legalmente afectas a outro uso;
 - c) Quando se prevejam acessos independentes para as fracções afectas a outros usos.

ARTIGO 43º

Obras de construção, ampliação e alteração

1. As obras de construção, ampliação e alteração têm que se enquadrar nas características morfológicas e tipológicas dominantes no arruamento em que o edifício se localiza e contribuir para a respectiva valorização arquitectónica e urbanística.
2. Deve ser mantido o alinhamento do plano marginal do edificado, sem prejuízo de casos especiais, devidamente fundamentados, podendo a Câmara Municipal divulgar desenhos do alinhamento dos arruamentos para efeitos de explicitação desta norma.

3. Nos traçados urbanos A – orgânicos e regulares, as obras de construção, ampliação e alteração estão sujeitas às seguintes regras:

- a) A altura máxima da edificação é a média das alturas dos edifícios da frente edificada do arruamento, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;
- b) A altura máxima da fachada é a média das alturas das fachadas, com excepção das obras em parcela situada entre dois edifícios de volumetria superior à média da altura das fachadas, em que deve ser adoptada a menor das alturas das fachadas dos edifícios confinantes;
- c) Admite-se o aproveitamento da cobertura em sótão e a alteração da configuração geral das coberturas, designadamente incluindo trapeiras, mansardas e terraços, desde que contida nos planos a 45 graus passando pelas linhas superiores de todas as fachadas do edifício, não seja ultrapassada a altura máxima da edificação e seja assegurado o adequado enquadramento urbanístico;
- d) À profundidade máxima da empena aplica-se o artigo seguinte do presente Regulamento;
- e) É autorizada a construção de pisos em cave para terciário, equipamento, turismo, estacionamento e áreas técnicas afectas às unidades de utilização dos edifícios, desde que sejam asseguradas condições de ventilação e iluminação adequadas ao uso proposto, as regras da ocupação do logradouro e exista possibilidade de integração arquitectónica do acesso ao estacionamento;
- f) É autorizada a construção de um piso em cave para habitação, desde que preenchidas as condições mencionadas na alínea anterior, assim como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4. Nos traçados urbanos B – quarteirões, as obras de construção, alteração e ampliação estão sujeitas às seguintes regras:

- a) A altura máxima da fachada é a moda das alturas das fachadas, salvo o disposto na alínea seguinte e sem prejuízo do disposto na alínea c);
- b) Excepcionam-se do disposto na alínea anterior:
 - i) As obras em parcela situada entre dois edifícios de volumetria superior à moda das alturas das fachadas, em que deve ser adoptada a menor das alturas das fachadas dos edifícios confinantes;
 - ii) Situações de remate de quarteirão para pontuar enfiamentos de eixos urbanos, devidamente ponderadas em função do espaço urbano em que se insere, desde que a área de construção prevista não ultrapasse a que resultaria da aplicação da moda das alturas das fachadas e que da operação resulte aumento de espaço público.
- c) Deve ser estabelecida uma concordância ao nível dos alinhamentos dos vãos e pisos dos edifícios confinantes, salvo casos devidamente justificados;
- d) Admite-se a construção de um piso recuado, em edifícios novos ou existentes, quando tal seja dominante nessa frente urbana ou sirva de colmatação à empena existente, desde que contido nos planos a 45 graus passando pelas linhas superiores de todas as fachadas do edifício, não ultrapasse 3,5 m acima da altura máxima da fachada admitida e não descaracterize o edifício pré-existente;

e) Admite-se o aproveitamento da cobertura em sótão e a alteração da configuração geral das coberturas, designadamente incluindo trapeiras, mansardas e terraços, desde que contida nos planos a 45 graus passando pelas linhas superiores de todas as fachadas do edifício, a altura da edificação não ultrapasse 3,5 m acima da altura máxima da fachada admitida e seja assegurado o adequado enquadramento urbanístico;

f) À profundidade máxima da empena aplica-se o artigo seguinte do presente Regulamento;

g) À construção de caves aplicam-se as alíneas e) e f) do número anterior.

5. A Câmara Municipal pode divulgar desenhos do alçado de frente de rua para efeitos de explicitação do disposto nas alíneas b) do n.º 3 e a) do número anterior.

(...)

ARTIGO 47º

Loteamentos

1. As operações de loteamento são admitidas quando a parcela a lotear confine com arruamento público e a operação preveja:

a) b) c)

A abertura de novos arruamentos pedonais ou viários; A criação de equipamentos e ou espaços exteriores de utilização colectiva; O desenvolvimento ou o fecho da malha urbana onde se inserem.

2. As operações de loteamento devem considerar as características morfológicas e tipológicas das frentes urbanas contíguas e prever o remate da malha pré-existente, contribuindo para a respectiva valorização arquitectónica e urbanística.

3. A Câmara Municipal pode exigir que a operação de loteamento se processe no âmbito de unidade de execução, nos termos do n.º 3 do artigo 40º do presente Regulamento.

4. Nas operações de loteamento, a edificabilidade é calculada com base nas seguintes disposições:

a) A altura máxima da fachada deve observar:

i) Nos traçados urbanos A, identificados na Planta de qualificação do espaço urbano - média da altura das fachadas, podendo recorrer-se à média das frentes urbanas convergentes, nos troços que se desenvolvem até à primeira transversal, dentro da mesma categoria de espaço, quando desta resulte benefício para a inserção urbana da operação de loteamento no conjunto das frentes urbanas envolvidas;

ii) Nos traçados urbanos B e C, identificados na Planta de qualificação do espaço urbano - moda da altura das fachadas, podendo recorrer-se à moda das frentes urbanas convergentes, nos troços que se desenvolvem até à primeira transversal, dentro da mesma categoria de espaço, quando desta resulte benefício para a inserção urbana da operação de loteamento no conjunto das frentes urbanas envolvidas;

iii) Nos traçados urbanos D, identificados na Planta de qualificação do espaço urbano, aplica-se o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 7 e a) e b) do n.º 8 do artigo 43.º do presente Regulamento.

b) Índice de permeabilidade mínimo de 0,30, com excepção dos traçados D, nos quais se aplica o disposto nas alíneas d) do n.º 7 e d) do n.º 8 do artigo 43.º do presente Regulamento;

c) Salvo o disposto na alínea seguinte, Índice de edificabilidade de referência de 1,2, podendo atingir excepcionalmente o máximo de 2,0, quando a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no artigo 86.º do presente Regulamento, considere que são dispensáveis áreas de cedência para espaços verdes e de utilização colectiva e para equipamentos de utilização colectiva, e se verifique uma das seguintes situações:

i) Quando a pequena dimensão da área de intervenção e a morfologia da envolvente o justifiquem;

ii) Quando a operação de loteamento integre 25% de fogos sujeitos a valor máximo de renda ou preço de venda, nas condições a definir em regulamento municipal.

d) Nos traçados D o índice de edificabilidade é o constante da alínea e) do n.º 8 do artigo 43.º do presente Regulamento;

DIVISÃO IV

Espaços de uso especial de equipamentos

ARTIGO 55.º

Âmbito, objectivos e usos

1. Os espaços consolidados de uso especial de equipamentos correspondem a equipamentos de utilização colectiva, serviços públicos e instalações dos serviços de segurança, existentes ou propostos, para os quais se prevê a manutenção destes usos, assim como usos complementares.

2. As servidões inerentes encontram-se delimitadas na Planta de servidões administrativas e restrições de utilidade pública 1, quando a escala o permite.

3. Qualquer intervenção nestas áreas deverá observar o enquadramento urbanístico e paisagístico da envolvente, nomeadamente no que respeita às alturas da fachada e volumetrias propostas.

4. O índice de permeabilidade mínimo é de 0,30, podendo excepcionalmente ser inferior, em virtude do especial interesse público do programa a desenvolver.

2. FIGURAS EM ANEXO

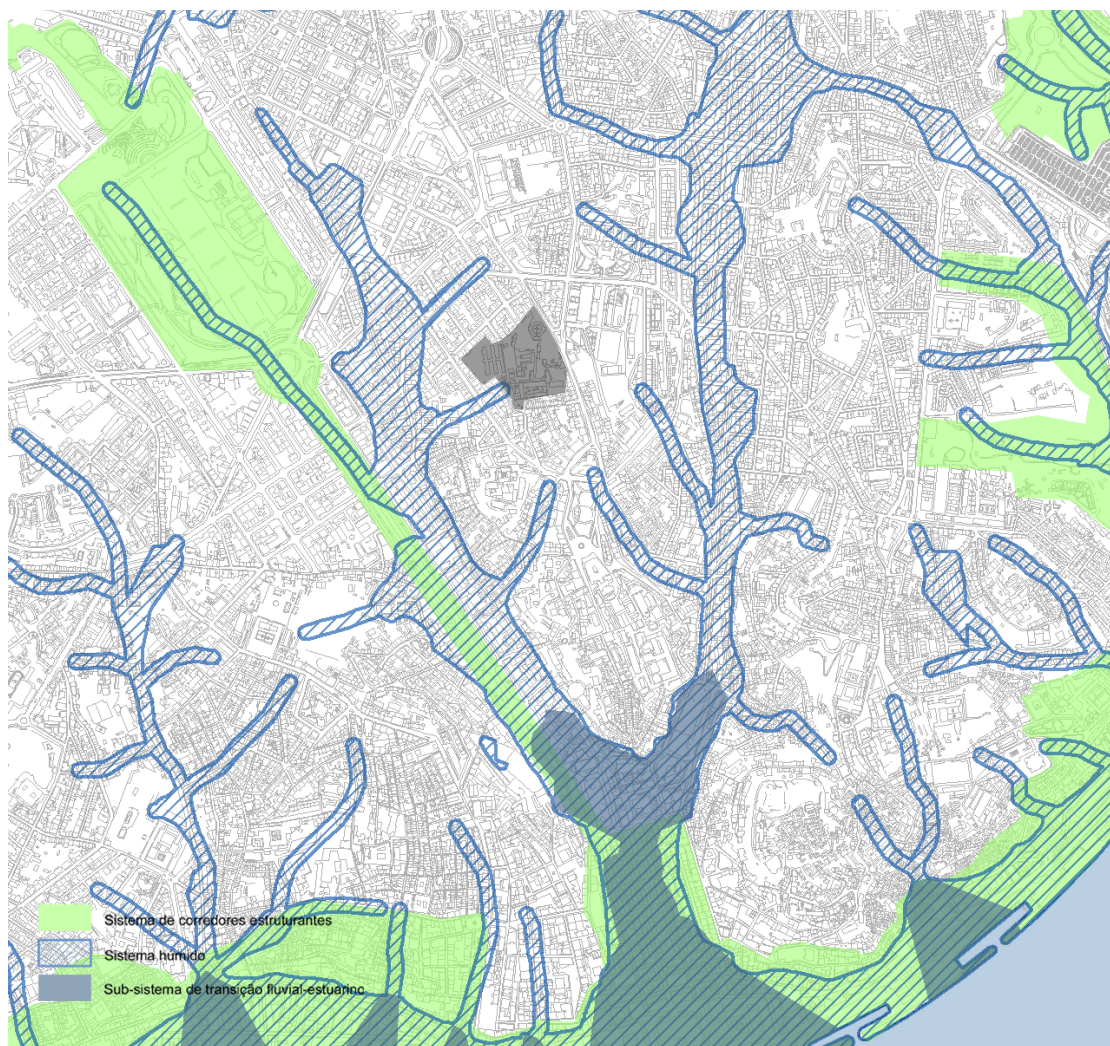


Figura 1. Planta da Estrutura Ecológica Fundamental – PDM em revisão.

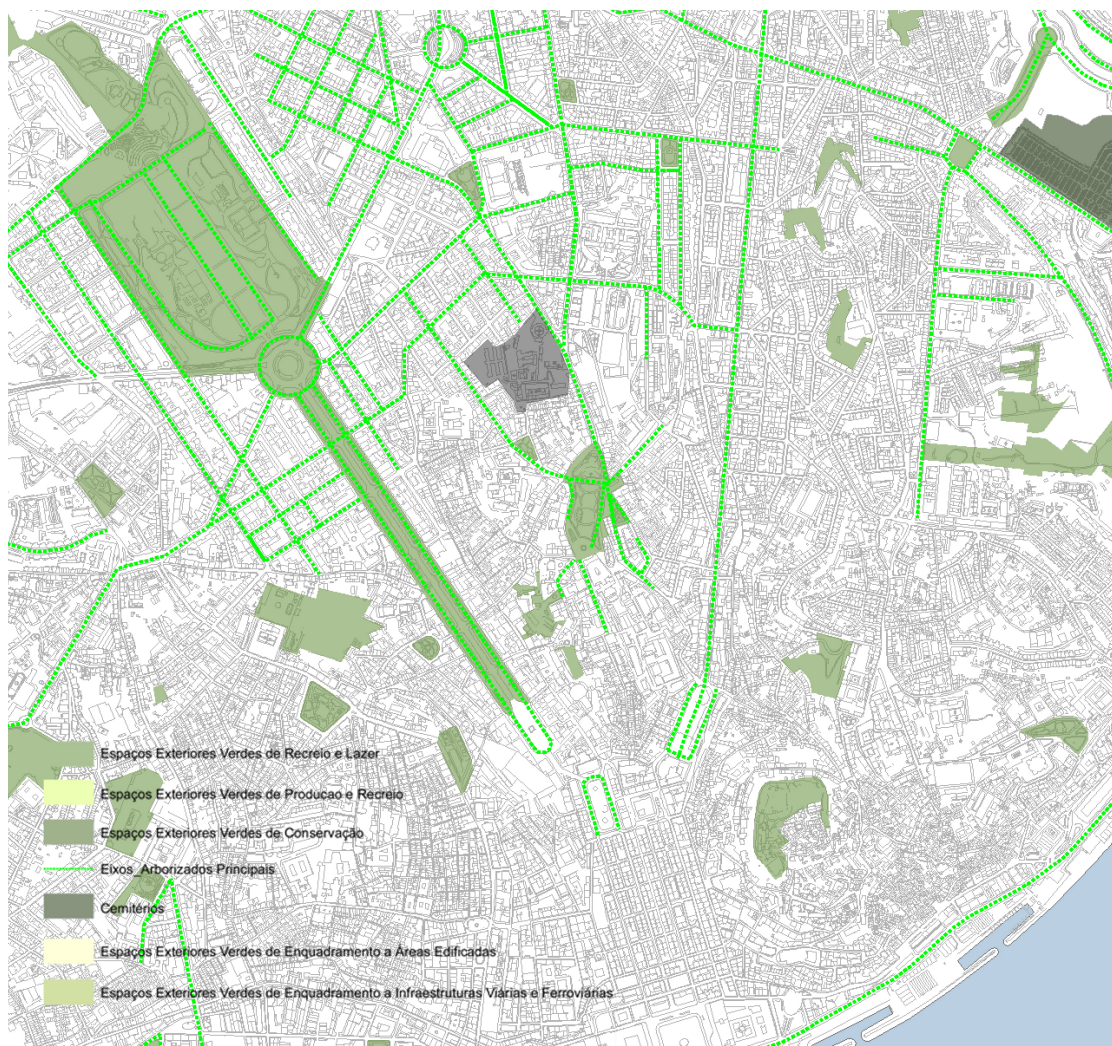


Figura 2. Planta da Estrutura Ecológica Integrada – PDM em revisão.

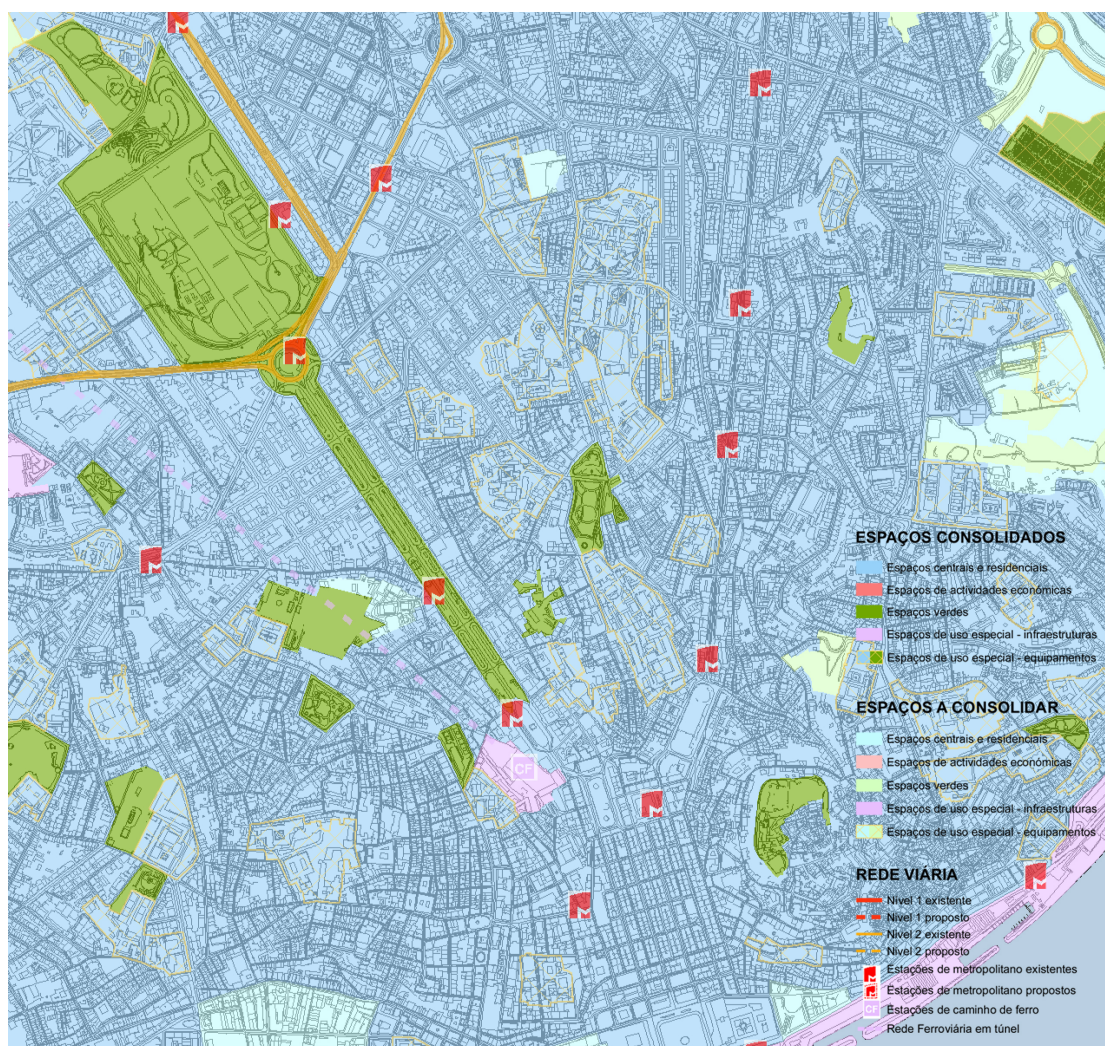


Figura 3. Planta de Classificação de Espaço Urbano – PDM em revisão.

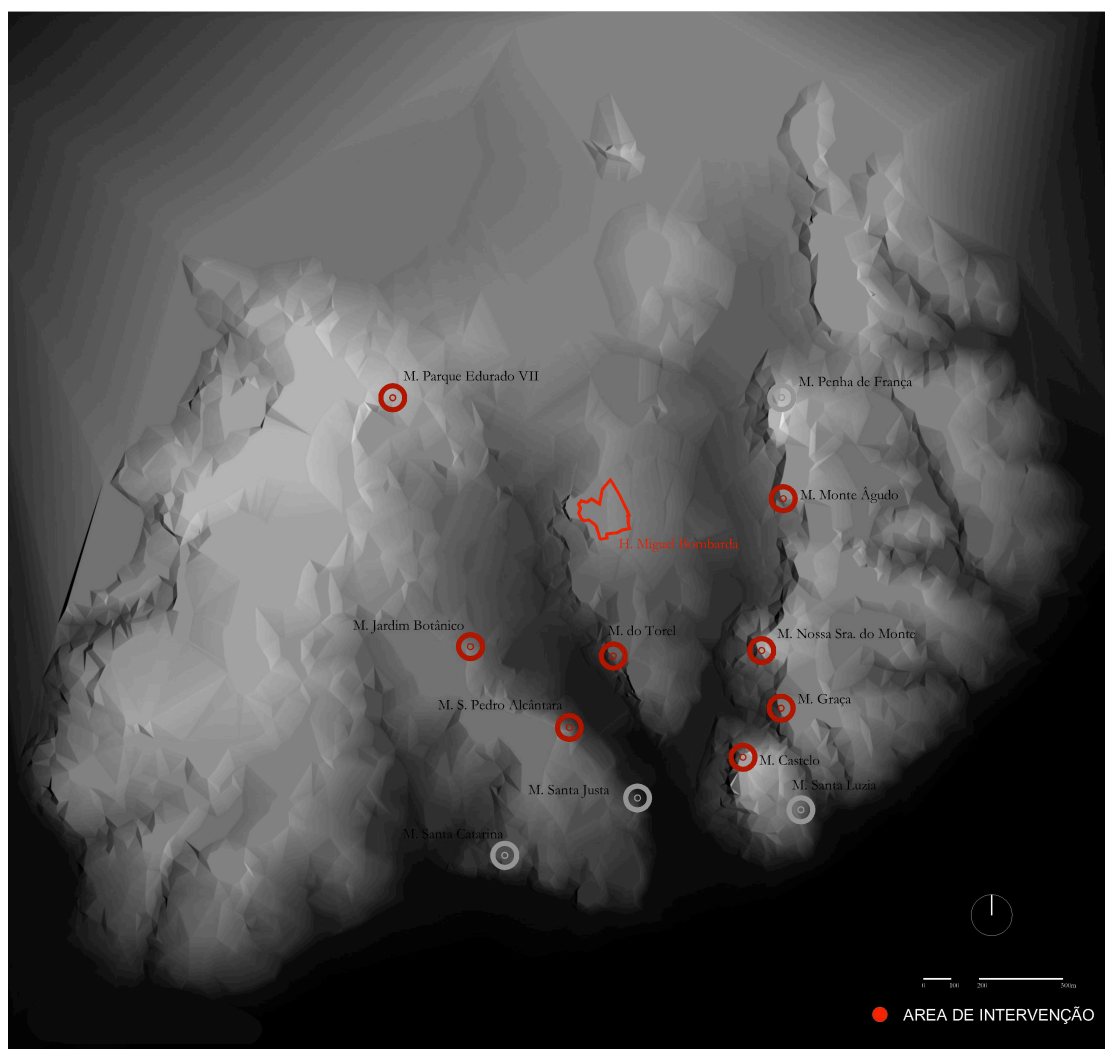


Figura 4. Relação Visual entre Miradouros de Lisboa – imagem realizada no Atelier Traços na Paisagem.



Figura 5. Planta Síntese do Plano Verde de Lisboa.



Figura 6. Planta com Espaços Verdes existentes no Hospital Miguel Bombarda ao longo do tempo – Hospital Miguel Bombarda por Filipe Folque 1857 e Planta da CML 1958.

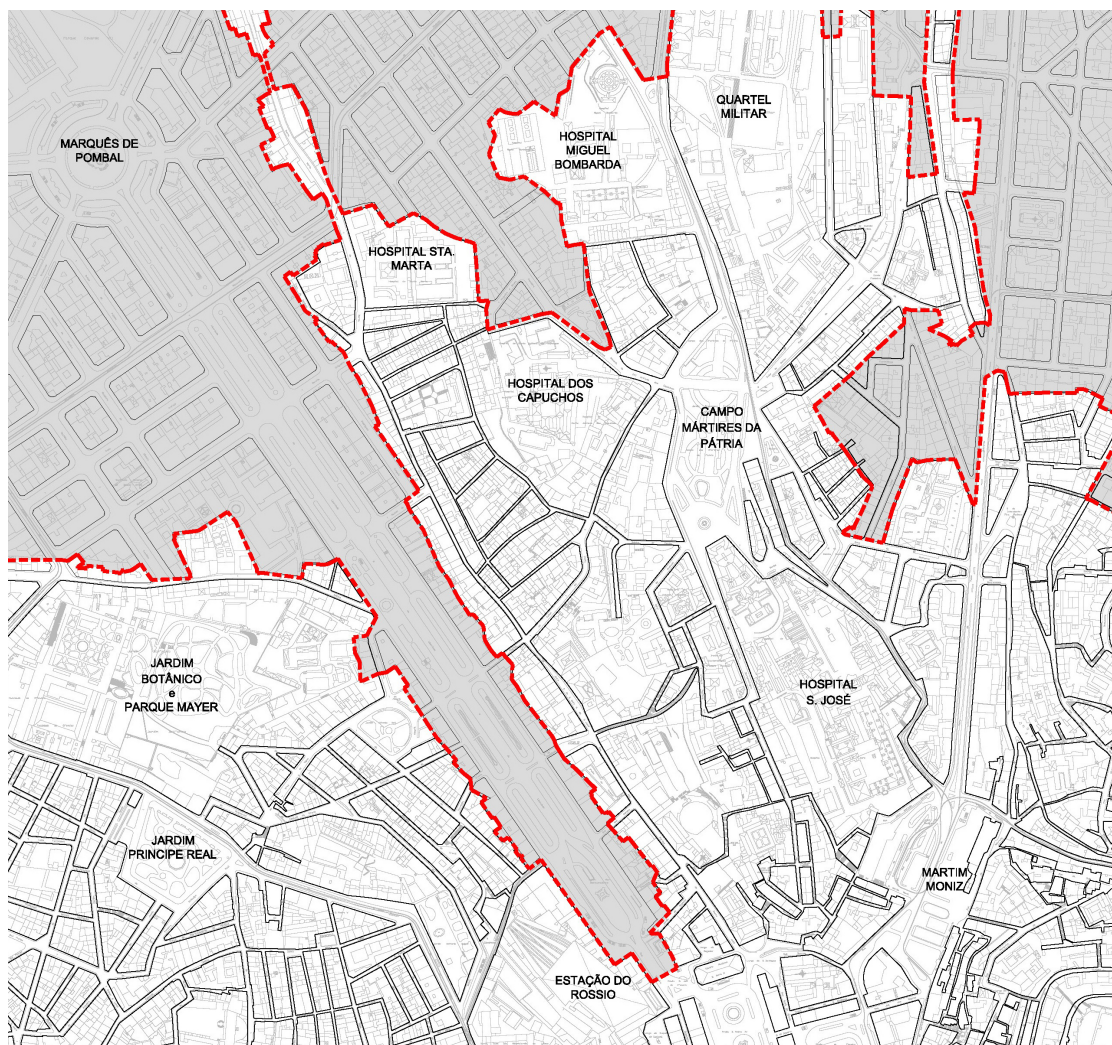


Figura 7. Planta de Traçados Urbanos de Lisboa – fronteira entre o Tecido Urbano antigo até ao séc. XIX e o Tecido Urbano Moderno do início do séc. XX (com base na Planta de Traçados Urbanos – PDM em revisão).

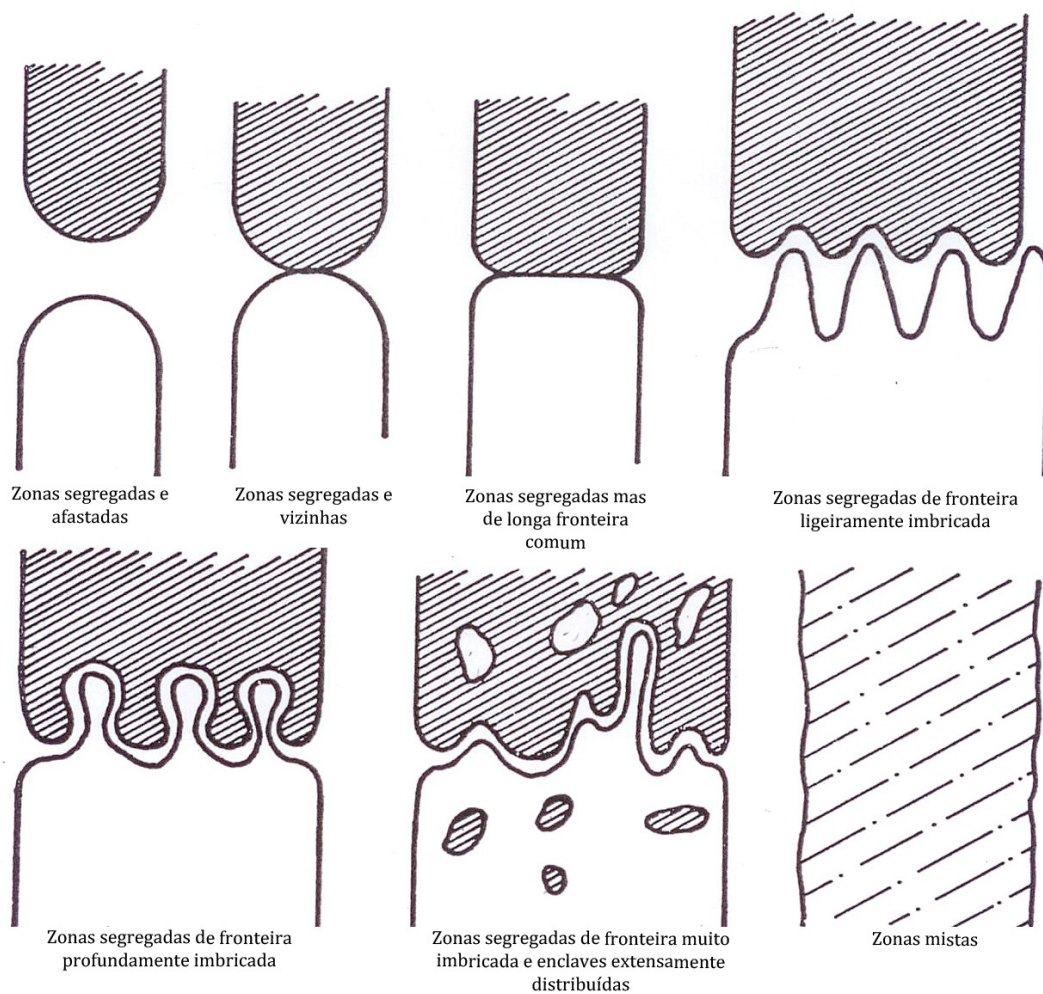


Figura 8. Crescente Miscigenação de Tecidos desde a sua total Segregação até à sua uniformização – segundo Costa Lobo.